

ALGARVE

Deu Deus vida à Primavera
Pintando com mão suave
Esta bonita aguarela
A que chamou — Algarve!

LEONEL DE SOUSA

A Voz de LOULÉ

PORTE
PAGO

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 716

ANO XXVII

1/3/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

EM LOULÉ

Carnaval foi apoteose

Embora nos reservemos para um mais circunstanciado desenvolvimento, como aliás é inteiramente merecedor, o exu-

cidade de Vitória, situada no Estado de Espírito Santo, devido às calamitosas inundações que o assolaram não pudesse

Mas esteve cá o Jô Soares que não desmentiu nem esteve aquém das suas interpretações televisivas.

Os bailes estiveram repletos e animados e o público acorreu em massa para ver e aplaudir este incomparável CARNAVAL DE LOULÉ.

Não é sem razão que Loulé é apodada de capital do Carnaval do Algarve!



A GRAÇA E A IMAGINAÇÃO PATENTES NO CARNAVAL DE LOULÉ

berante cartaz empunhado tão ostensivamente em Loulé, pelo rei Momo, constituiu pleno êxito.

Naturalmente, muito concorreu para isso a surpreendente e caprichosa ornamentação, mais acurada este ano do que nunca, do recinto do corso e da «batalha de flores», a Avenida José da Costa Mealha e como já o tínhamos anunciado, os carros alegóricos, que timbraram adornar-se de forma original e até rodear-se de artificios artísticos.

De lamentar que, quase se pode dizer sobre a hora, o bloco de ritmistas brasileiros da

comparecer, quando não o estrondo do Entrudo teria sido maior.

A Lei das Finanças Locais e a C.R.T.A.

Com o propósito de analisarem o clausurado do protocolo e assinar entre os representantes das Câmaras do Algarve e a Secretaria de Estado do Turismo, reuniram-se há dias no Governo Civil os Presidentes das Câmaras, o Governador Civil e o Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado do Turismo.

Ser ou não ser cidade, eis uma questão que se põe insistente-

Sabemos que as propostas apresentadas apontam para a continuação do funcionamento da Comissão Regional de Turismo do Algarve, órgão que as Câmaras pretendem continuar ao serviço do Turismo Algarvio e Nacional.

Nessa reunião foram ainda analisadas as bases que devem servir de orientação à futura e necessária reestruturação da C. R. T. A. à luz da Lei das Finanças Locais e dos princípios descentralizadores consagrados na Constituição.

Folgamos em que tivesse prevalecido o bom senso de manter activo no Algarve um órgão especializado em problemas de turismo e cujos dirigentes não só já deram sobejas provas de que percebem de turismo, como ainda já prestaram relevantes serviços às unidades hoteleiras do Algarve e aos respectivos trabalhadores, aquando dos numerosos e dramá-

(continua na pág. 5)

Uma entrevista infeliz

ou de como o entrevistador atraiçoa o entrevistado

O Senhor Andrade de Sousa, prestigiado presidente do Município local, concedeu ao jornal «Diário de Notícias» uma entrevista cujo conteúdo foi publicado na edição, de 18 de Janeiro último, daquele matutino lisboeta.

Abordando com realismo os delicados problemas que sempre constituíram preocupação dos responsáveis pela administração do maior e mais populoso concelho do Algarve viu, no entanto, o presidente da Câmara o seu apurado sentido de equilíbrio intelectual atraído pelo entrevis-

tador, que refugiando-se no discurso indirecto, atribui ao entrevistado afirmações de tal forma injustas e fantasiosas que as

(continua na pág. 2)

Centros de Apoio ao Ensino Universitário no Algarve

Numa cadência a que já nos habituámos, assuntos candentes ligados ao Algarve são regularmente levantados no hemiciclo nacional.

Vimos assim, com satisfação, que os 2 deputados do PSD estão a dar provas evidentes de elevado interesse pelos problemas

(continua na pág. 4)

ANTÓNIO ALEIXO

— Dois reparos sobre uma biografia

(PÁGINA 4)

A INCOERÊNCIA DE UMA RESPOSTA DO DR. ALMEIDA CARRAPATO

Tomei conhecimento do teor de uma carta que o Dr. Almeida Carrapato dirigiu ao jornal «A Voz de Loulé» e publicada no último número. Fiquei surpreendido e logo depois, desolado.

Surpreendido porque esperava, por imperativo das reconhecidas qualidades de inteligência que o adornam, que o autor da lamentável carta, dirigida ao director do jornal «Correio do Sul» a propósito do patronato do Dr. Tomás Cabreira para a Escola Industrial e Comercial de Faro, se contenta-

ria com o descrédito que naturalmente colheu daquela iniciativa.

Desolado porque, a contragosto, não vejo na atrapalhada defesa que o distinto jurista e homem público entendeu tecer, a argumentação minimamente coerente e consequente que legitimamente esperava e que, muito oportunamente, a direcção deste jornal denunciou.

Foi pena. Porque se o descrédito era mau, agora, pior ainda, vem o ridículo. Que lhe sirva de emenda.

L. ANTUNES

O PLANEAMENTO DO TURISMO E OS MÉTODOS QUANTITATIVOS

por
— JOSÉ MANUEL MENDES —

Pouca gente seria levada a supor e a imaginar, quando ainda decorriam os alvares da década de sessenta, e o fenómeno turís-

tico, no nosso País, era praticamente uma criança em sentido figurado, que os efeitos positivos que hoje têm e assumem na economia nacional, a tal modo, que se tornam imprescindíveis no quadro actual da nossa sobrevivên-

(continua na pág. 9)

Cabo submarino ligará o Algarve ao Brasil

Para culminar a decisão de lançar o cabo submarino que ligará o Recife (Brasil), Dakar (Senegal) e Lagos, estará operacional em meados de 1982, este importante veículo de comunicações que possibilitará a transmissão por «telex».

Tal decisão concretizou-se em Dakar, pelos representantes da

RFA, Argentina, Brasil, Costa do Marfim, França, Itália, Nigéria, Portugal, Reino Unido, Senegal e Suíça.

O cabo que será transistorizado medirá de extensão 6385 quilómetros e ascenderá ao custo superior a 2 ou 3 milhões de contos.

O troço Recife-Dakar compor-

tará de 1200 a 1840 enquanto o troço Dakar-Lagos 3200 a 4000 circuitos.

O novo sistema a implantar permitirá, a preços competitivos, comunicações entre a América do Sul, a Europa e os 16 países da Comunidade Económica da África Ocidental.

DESTRUIR

— Que solução?

(PÁGINA 7)

Uma entrevista infeliz

ou de como o entrevistador atraiçoa o entrevistado

(continuação da pág. 1)
suas conhecidas virtudes não sentiriam ver produzidas.

É, na verdade, impensável que um homem cuja conduta se tem pautado pela mais escrupulosa isenção, se permitisse, como insidiosamente insinua o jornalista, afirmar que «a Câmara não dispunha em Abril de 1974, de uma só nesga de terreno onde pudessem ensaiar uma tentativa de solução para a carência de habitação que se integrasse nos vários programas elaborados pelo Fundo de Fomento da Habitação».

Com efeito, como poderia o Senhor Presidente produzir esta afirmação, quando é público e notório que, precisamente o «único» empreendimento de construção de habitação social actualmente em curso, constituído por centenas de fogos, se situa nos terrenos que circundam o Estádio Municipal da Campina, terrenos esses que por coincidência, são propriedade municipal há dezenas de anos. Isto, para não falarmos no Bairro Municipal, há dezenas de anos edificado em terrenos camarários e para os quais, segundo consta dos Planos de Actividades, anteriores gerências previam a substituição progressiva das antiquadas e ultrapassadas construções ali existentes! Só de facto, um primário vício de raciocínio poderia levar o jornalista a tão clamorosa inexactidão.

Mas, mais adiante, tem o entrevistador a desfaçatez de insinuar que o Senhor Andrade de Sousa declarara que «os factores cultura, recreio e desporto, elementos de peso na vida das populações e que em Loulé partiram do zero depois do 25 de Abril...».

Não. Decididamente o jornal pretendeu desvirtuar o pensamento do entrevistado. Como interpretar os intuitos de mais aquela inverdade logo em seguida, a prosa prossegue com a afirmação de que aqueles factores «têm merecido a atenção da edilidade que, além de promover o carnaval, tem apoiado uma das filarmónicas locais e dinamizado o grupo de Amigos de Loulé, que organizou o rancho infantil local que tão boa conta tem dado de si nas várias exposições dadas no País. Aliás, a Câmara procura não descurar as várias necessidades do concelho, sem esquecer o desporto, especialmente o praticado pelas massas juvenis, que em breve vão passar a dispor de um estádio municipal neste momento a ser electrificado. O aspecto religioso também tem merecido as atenções da edilidade, que cola-

bora nas festividades dedicadas a Nossa Senhora da Piedade, padroeira das gentes de Loulé».

Um leitor desprevenido — como será o caso da maioria dos do conceituado «Diário de Notícias» — terá extraído deste peregrino discurso a conclusão de que, antes da Câmara actual, os valores culturais eram em Loulé, letra morta. Nada existia e tudo o que existe se deve ao Município de 1977/80. Antes dele, eram as trevas. Nem Carnaval, nem folclore, nem filarmónicas, nem estádio — muito menos electrificado — nem festividades de Nossa Senhora da Piedade.

Ora, em Loulé, todos sabem que não era assim. O Carnaval existia e era promovido pela Santa Casa da Misericórdia, que dele recolhia as receitas necessárias para proporcionar à população do Concelho um hospital onde os cuidados médicos eram de uma qualidade que hoje é apenas saudosa recordação. Nesses tempos, porém o Município colaborava. Como colaborava na manutenção, não de uma, mas de duas filarmónicas. Como colaborava na exaltação dos vultos notáveis do Concelho. Como o fez quando promoveu um espectáculo de homenagem à memória do poeta António Aleixo, onde foram representadas obras teatrais do infelizmente homem de letras pelo Grupo de Teatro do Dr. Campos Coroa. Nesse tempo ainda os revolucionários se não tinham lembrado de arvorar o poeta em bandeira dos seus desígnios. Mais colaborou o Município na promoção do recreio infantil criando um parque junto ao Monumento. Quanto ao Estádio Municipal, existe à vista de todos há dezenas de anos — sem bancadas, é certo — mas há vários anos dotado de iluminação eléctrica.

Finalmente, a entrevista refere a iniciativa do museu. Não cabe ao Município actual a paternidade da ideia pois consta que já há vários anos se procedeu à recolha de alguns achados arqueológicos que, por inexistência de instalações, terão sido guardados na casa do Pombal, no Parque Municipal, ao mesmo tempo que se assegurava, por valiosa intercessão do arqueólogo D. Fernando de Almeida, a devolução ao concelho de Loulé dos espólios recolhidos no seu território e que se conservavam no Museu Etnográfico de Lisboa. Não havia instalações mas havia a pretensão de as criar nos edifícios adjacentes ao Castelo, cuja passagem para o domínio público foi obtida à custa de penosas negociações. Não havia instalações mas

há agora o edifício da Escola Conde de Ferreira, finalmente devoluto graças à transferência da Escola Comercial e Industrial para as novas instalações da Escola Secundária de Loulé, cuja construção se ficou devendo às laboriosas diligências das Câmaras que antecederam a ilustre verificação actual, cujo mérito se impõe pela obra profícua que vem realizando e que dispensa facilmente qualquer propósito de denegrir o passado, como entendeu fazer o jornalista.

Para cúmulo da infelicidade daquele prosador, poucos dias passados sobre a publicação da entrevista um dos raros valores monumentais do concelho de Loulé — o Forte Novo de Quarteira — foi devorado pelo mar, justamente indignado com a passividade dos homens.

Pela boca morre o peixe.

NORBERTO R. SILVA

Pardal, Viegas & Viegas, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 8 do mês corrente, lavrada de fls. 40, v.º a 43, do livro n.º B-105, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o sócio da sociedade «Viegas & Costa, Lda.», com sede na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé, José Manuel da Costa Pais, dividiu a sua quota de 150 000\$00, em duas novas quotas de 15 000\$00 e 135 000\$00, que cedeu, respectivamente, a Carlos Alberto da Conceição Viegas e a João Apolinário Lopes Pardal, pelo que saiu da sociedade, renunciou à gerência e não autorizou que o seu apelido continuasse a fazer parte da firma social, tendo o sócio José Guerreiro da Conceição Viegas, dividido também a sua quota de idêntico valor, em duas, uma de 135 000\$00, que reservou para si e outra de 15 000\$00, que cedeu ao referido João Apolinário Lopes Pardal, que unificou as quotas adquiridas;

Pela mesma escritura, foram os cessionários nomeados gerentes, mudada a firma para «Pardal, Viegas & Viegas, Lda.», e ainda alterados os artigos 1.º e 3.º do pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

1.º — A sociedade muda a firma para «Pardal, Viegas & Viegas, Lda.», continua com a sua sede na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir da data da sua constituição.

3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos outros valores

Vale do Lobo (Administração), Limitada

QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Notário — Lic. Henrique Vaz Lacerda

CERTIFICO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO: — Que por escritura de 25 de Janeiro de 1979, lavrada de folhas 100 a folhas 100 verso do livro número H-15, e de folhas uma verso a folhas 2, do livro número H-16, deste Cartório, a Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Limitada, e Clube de Golfe de Vale do Lobo do Algarve, Limitada, como únicas sócias da sociedade Vale do Lobo (Administração), Limitada, com sede no sítio de Vale do Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, elevaram o capital social de 1 000 000\$ para 5 000 000\$00, sendo a totalidade da importância deste aumento de 4 000 000\$00.

Pela mesma escritura alteraram a redacção do artigo quarto, número um, dos estatutos da referida sociedade, o qual passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUARTO — Um — O capital social é a quantia de 5 000 000\$00, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma quota de quatro milhões novecentos e noventa e cinco mil escudos, pertencente à sócia Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Limitada, e uma quota de cinco mil escudos pertencente à sócia Clube de Golfe de Vale do Lobo do Algarve, Limitada.

Está de conformidade com o original, e que na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Lisboa, dois de Fevereiro de mil novecentos setenta e nove.

O 3.º Ajudante do Cartório, (Assinatura ilegível)

VENDE-SE

Prédio com 4 quartos, cozinha, casa de forno com cozinha, cavalaria, alpendre, cisterna e aproximadamente 1500 metros de terreno, com oliveiras, amendoeiras e figueiras, no sítio de Vale d'Éguas (Almancil).

Os interessados deverão dirigir-se a: Maria Manuela Filipe Guerreiro (frente ao Café Caracas em Vale d'Éguas).

(3-3)

TERRENOS

ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 1 A 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

A TÉCNICA ESTÁ AO SERVIÇO DA AGRICULTURA PARA A TORNAR MAIS RENTÁVEL

Por isso os agricultores devem contactar com os técnicos da LUSOVEMA para melhor se aconselharem a resolver os seus problemas de águas.

Temos: Grupos electrobombas de alta e média pressão, bombas elevatórias para construção civil, submersas, verticais e horizontais e também novidades em aparelhagem para captação e tratamento de águas. Material eléctrico.



Faça uma visita às instalações da

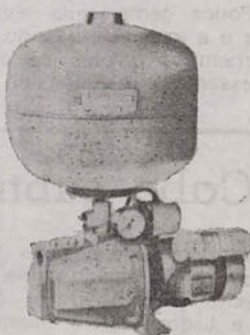
LUSOVEMA

Av. Marçal Pacheco Telef. 62233

(Urbanização Sul) LOULÉ

Sede em Lisboa:

Av. João XXI, 6-r/c, Dt.º — Telef. 889125/6



O Mundo visto pelos deficientes

— EXPOSIÇÃO NACIONAL

Da Associação Portuguesa de Deficientes, sediada em Lisboa, recebemos uma carta solicitando a publicação do comunicado adiante inserido.

É pois com aprazimento que acedemos:

«O CORPÚSCULO (grupo dinamizador de novas eficiências) está a organizar, com o apoio da Associação Portuguesa de Deficientes, uma grande exposição nacional subordinada ao tema: «O MUNDO VISTO PELOS DEFICIENTES». Essa exposição incluirá trabalhos de toda a ordem (fotografias, desenhos, pinturas, esculturas, etc.) que exprimam os horrores do dia-a-dia dos deficientes, os aspectos da sociedade que os marginalizam (escadarias, transportes públicos, etc.), as suas ambições secretas mais inconfessáveis, em suma: todos os ecos subjectivos do verdadeiro inferno psicológico a que «a ditadura da normalidade» submete todos os deficientes.

A exposição, que será itinerante (a fim de poder visitar sucessivamente todos os pontos do país que a acolheram, encontra-se neste momento na fase de recolha dos trabalhos. Esta recolha está a ser efectuada entre os deficientes de todo o país, no intuito de assegurar à exposição uma representatividade inequívoca a âmbito nacional.

Para isso o CORPÚSCULO e a A.P.D. contam com a colaboração de toda a população e apelam por um lado, a todos os deficientes no sentido de que enviem desde já sugestões e trabalhos concretos e, por outro lado, a quaisquer entidades (escolas, clubes, hospitais, grupos culturais, jornais regionais, etc.) que queiram encarregar-se da recolha de trabalhos na zona em que actuam.

Para além dos trabalhos de na-

tureza gráfica, o CORPÚSCULO e a A.P.D. apelam para que os deficientes enviem igualmente textos (poesia, ficção, ensaio) visto que é sua intenção publicar pelo menos um livro paralelamente com a exposição.

Como a exposição pretende igualmente abranger o testemunho das crianças (e não podemos deixar de considerar que estamos no Ano Internacional da Criança), alertam-se muito especialmente todos os professores em cujas aulas se integram crianças deficientes no sentido de orientar os alunos para a realização de trabalhos sobre o tema: «O MUNDO VISTO PELOS DEFICIENTES».

Contactar: Associação Portuguesa de Deficientes — «O MUNDO VISTO PELOS DEFICIENTES», Largo do Rato — Telefone 681112 — LISBOA».

CARIMBOS

Executam-se na

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-105, de fls. 50 a 52, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual José Mateus Rodrigues ou José Rodrigues, e mulher, Palmira Martins Vicente, residentes no sítio de Santa Margarida, freguesia de Alte, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de terceiros, dos seguintes prédios:

Número um — Urbano, constituído por uma morada de casas que se compõe de rés-do-chão e primeiro andar, com oito compartimentos para habitação, no sítio de Santa Margarida, freguesia de Alte, concelho de Loulé, que confronta do norte com Manuel Palma, do sul com Rua, do nascente com Paulo Pires e do poente com Maria do Rosário, inscrito na respectiva matriz predial sob o

artigo número mil quatrocentos e oitenta e quatro, com o valor matricial de quatro mil trezentos e vinte escudos e a que atribuem o de vinte mil escudos.

Número dois — Urbano, constituído por uma morada de casas térreas, em ruínas, com dois compartimentos e logradouro, com a área de quatrocentos e setenta metros quadrados, no dito sítio de Santa Margarida, que confronta do norte e nascente com Rua, do sul com estrada e do poente com Maria do Rosário, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil quatrocentos e oitenta e cinco, com o valor matricial de dois mil quinhentos e sessenta escudos, e a que atribuem o de dez mil escudos.

Que os mencionados prédios se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho.

Que os referidos prédios, que no seu conjunto, nessa data constituíam um só, foram adjudicados no inventário a que se procedeu no Tribunal Judicial de Loulé, por óbito de Sebastiana Pires, em dezanove de Julho de mil novecentos e trinta e oito, data da sentença de homologação da partilha, metade ao viúvo, Salvador Martins Agosto e a restante metade

à herdeira Maria Sebastiana, viúva, que foram residentes no sítio de Santa Margarida, da referida freguesia de Alte;

Que, logo após, aquela partilha judicial, os referidos Salvador Martins Agosto e Maria Sebastiana, procederam à divisão e demarcação amigável e verbalmente, do prédio de origem, tendo sido adjudicado ao Salvador Martins Agosto, em pagamento da sua metade, o prédio atrás descrito em primeiro lugar e à Maria Sebastiana, o prédio atrás descrito em segundo lugar;

Que a partir daí cada um dos referidos Salvador Martins Agosto e Maria Sebastiana, sempre possuíram os respectivos prédios distintos, em nome próprio, de forma pacífica, contínua e pública, pelo que os adquiriram por usucapião;

Que, logo após esta divisão e demarcação a Maria Sebastiana, doou aos justicantes, seu genro e filha, verbalmente, o prédio que lhe pertencia e se encontra atrás identificado em segundo lugar;

Que o prédio atrás identificado em primeiro lugar foi adjudicado, por morte do Salvador Martins Agosto, em mil novecentos e quarenta e quatro, a seus filhos e netos, Gracinda da Conceição e marido, José Inácio, e Gracinda Martins Ventura ou Gracinda Pires Coelho e Joaquim Martins Ventura ou Joaquim Pires Coelho, solteiros, todos residentes na Aldeia do Futuro, freguesia e concelho de Grândola, numa partilha amigável e também não reduzida a escritura.

Que, em data imprecisa de mil novecentos e quarenta e oito, os referidos Gracinda da Conceição e marido, José Inácio e Gracinda Pires Coelho e Joaquim Pires Coelho, venderam verbalmente ao justicante marido, o prédio atrás identificado em primeiro lugar;

Que a partir da doação atrás referida da Maria Sebastiana, em mil novecentos e trinta e oito, aos justicantes e da venda referida no parágrafo anterior, efectuada em mil novecentos e quarenta e oito, sempre os justicantes possuíram os prédios atrás identificados em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida de forma pacífica, contínua e pública, pelo que adquiriram os mesmos prédios por usucapião — esclarecendo,

Que o prédio identificado em segundo lugar se encontra incorrectamente inscrito na matriz em nome de Maria de Fátima Martins Conceição Guida.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Fevereiro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

CONCURSO GRAMOXONE



6 VIAGENS A INGLATERRA

Com visita à feira-agrícola "ROYAL-SHOW"
7 TELEVISORES • 12 RÁDIOS GRAVADORES
25 RÁDIOS TRANSISTORES Philips
50 RELOGIOS Timex

Na compra de cada fracção de 5 litros de produto à ZÉLIA VALAGRO ou a qualquer seu agente, receberá um postal-resposta paga, que após devidamente preenchido o habilitará a 100 MAGNÍFICOS PRÉMIOS.

GRAMOXONE

O HERBICIDA PARA TODAS AS CULTURAS

- DE ACÇÃO RÁPIDA
- INACTIVO EM CONTACTO COM O SOLO
- NÃO DEIXA RESÍDUOS NO TERRENO

um produto



ZV ZÉLIA VALAGRO

Av. D. Carlos I, 42 3.º-Lisboa 2 - Tel. 60 2374
FILIAIS: Porto-Alcoçaba-T.Vedras-Vala do Carregado-Évora-Beja-Faro

FALECIMENTOS

Em casa de sua residência em Loulé, faleceu no passado dia 8 de Fevereiro o nosso prezado assinante e conterrâneo sr. Vivaldo de Sousa Guerreiro que foi comerciante da nossa praça durante longos anos. O saudoso extinto que contava 75 anos de idade, deixou viúva a sr.ª D. Raimunda Fernandes Guerreiro e era pai das sras. D. Maria Perpétua Fernandes Guerreiro Dominguez, casada com o sr. Tomás Rodrigues Dominguez, D. Maria Madalena Fernandes Guerreiro da Encarnação, viúva do Dr. Ernesto Ferreira da Encarnação e do sr. José Estêvão Fernandes Guerreiro, e avô da sr.ª D. Ana Paula Guerreiro Dominguez, da menina Isabel Guerreiro Ferreira da Encarnação e dos meninos Carlos Guerreiro Ferreira da Encarnação e Pedro Guerreiro Ferreira da Encarnação.

Deixou 1 bisneto.

Faleceu há dias em Loulé o nosso conterrâneo sr. Sebastião dos Santos (barbeiro) que contava 61 anos de idade e era filho do sr. Sebastião Ângelo dos Santos e da sr.ª D. Alice Fabião de Campos (falecidos).

Deixou viúva a sr.ª D. Maria da Luz e era pai do sr. Sebastião Morgado dos Santos, funcionário da Caixa Geral de Depósitos em Loulé.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

Agente em Faro — TECNIALGARVE — Est. da Penha, 28

ANTÓNIO ALEIXO

— DOIS REPAROS SOBRE UMA BIOGRAFIA

DIA FLORESTAL MUNDIAL

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

A prefaciar o livro «Inéditos», exaustiva compilação de poesias de António Aleixo, vate de genuína cepa popular e de extraordinária e espontânea vocação, vem uma bem elaborada biografia, da autoria de Ezequiel Ferreira, digna do melhor apreço e ponderada leitura pelo trabalho de pesquisa, ordenação cronológica e empenhamento que encerra.

Quanto a nós e em nossa opinião, porém, essa biografia, tão meticulosa (não imune embora a uma recensão crítica), contém duas imprecisões que convirá, se possível for relevar ou pelo menos sobre elas lançar as devidas atenções.

É que sendo essas imprecisões — a nosso ver — de certa monta, poderão elas concorrer (sabendo-se lá a que fantasias e pressupostos a mente humana é dada) para formar em torno do genial poeta uma imagem pós-tumta, não absoluta e rigorosamente ajustada, em pormenor ao perfil autêntico assumido em vida.

De resto, as ilações resultantes apontam por dedução, para aparentes convicções irreligiosas ou agnósticas de António Aleixo, a que a imaginação dos mais empolados levará eventualmente, mais longe...

Passemos ao capítulo dos reparos, antecedendo-os convenientemente das respectivas transcrições.

Refere a certo ponto a referida biografia:

«Mas Maria Isabel, mais decidida em seguir o que lhe ditava o coração apaixonado que a obedecer às determinações paternas, não se arreou do futuro marido, e não descansou enquanto não foi viver com o seu António. Só se casaram mais tarde e apenas por registo. (O sublinhado é nosso).

Ora a veracidade dos factos contesta frontalmente a afirmação expendida de que António Aleixo só se casara «apenas por registo».

Tal desmentido encontrámo-lo grafado no livro de registo paroquial da Freguesia de S. Clemente de Loulé, respeitante ao ano de 1939.

A folhas 11 n.º 19, encontra-se averbado, o seguinte:

«Aos quinze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e nove nesta igreja paroquial de São Clemente da vila e concelho de Loulé diocese do Algarve compareceram na minha presença os nubentes António Fernandes Aleixo e Maria Catarina Martins com todos os documentos necessários e sem impedimento algum para o matrimónio; ele da idade de quarenta anos, solteiro, tecelão, nascido e baptizado na freguesia de Vila Real de Santo António, morador nesta freguesia, filho legítimo de José Fernandes Aleixo e de Isabel Maria Casimiro e ela, de quarenta e dois anos de idade, solteira, nascida, baptizada e residente...

GOLFE

Competição para disputa de £24.000 no Algarve

Os amadores e profissionais britânicos melhor classificados ao longo de 1979 vão participar na Penina de 4 a 11 de Novembro do corrente ano na prova denominada «State Express Golf Championship».

Para além de valiosos troféus a disputar entre os amadores, haverá um prémio pecuniário de £ 24 000 em disputa entre os profissionais.

Esta importante competição que terá por cenário os magníficos relvados da Penina, no Algarve, está suscitando o maior interesse na Grã-Bretanha.

dente n'esta freguesia, filha legítima de Manuel João Martins e de Catarina de Jesus os quais nubentes se receberam por marido e mulher e os uni em matrimónio conforme as leis da Santa Igreja Católica dando-lhe logo as bênçãos».

Segue-se a designação das testemunhas e respectivas assinaturas do cônjuge, testemunhas e do pároco da Freguesia.

Decorrente do confronto entre os dizeres do supracitado registo e o texto do livro, outra correcção aflora, mas esta de somenos importância: a correspondente ao nome da esposa do poeta que é Maria Catarina e não Maria Isabel.

Mais adiante e já a atingir o epílogo a biografia, entre as várias vontades ditadas pelo moribundo, reproduz a seguinte:

— «E que o seu funeral não tivesse aparato religioso! (O sublinhado é nosso) o que também foi cumprido, embora com relutância por parte de algumas pessoas, e tal desaprovção de outras — incapazes de compreender que nesta última determinação do poeta se cumpria até ao último instante, a sua verticalidade humana e a sua coerência de artista».

Faz espécie e é extremamente enigmático que na prospeção a

que nos remetemos antes de coligirmos estas nótulas, tivéssemos topado com testemunhos merecedores de todo o crédito que realmente contradizem o que acima está explicitado no tocante à vontade de que o funeral não fosse de cariz religioso!

De referenciar o que nos foi dado apurar: a viúva do falecido poeta, na véspera do enterro havia solicitado ao pároco da Freguesia de S. Sebastião (de Loulé) para que, ao contrário fosse consumado um funeral religioso.

Parece-nos pois controverso que a viúva pretendesse sobrepor-se à vontade expressa e deradeira pronunciada pelo marido.

O que sucedeu não é menos ambíguo: depois dos sinos terem dobrado a finados e tudo estar preparado para as exéquias, surgiu alguém a declarar que o funeral dispensava cerimonial pedido.

Os porquês ficaram nos domínios das suposições, mas não tão velados que não se murmurasse de que interpostas pessoas exerceram pressão sobre a viúva.

A coerência e a verdade inteira destes factos não contradizem a fisionomia macerada do poeta Aleixo — infundem-lhe maior nobreza e dignidade.

J. C. Viegas

Centros de apoio

ao Ensino Universitário no Algarve

(continuação da pág. 1) mas do Algarve, ao contrário do que aconteceu até há pouco tempo em que a sua actividade passava despercebida.

Ainda bem que alguém faz ouvir a voz do Algarve na A. da República!

Posto que esses problemas, tal como são postos, devem chegar ao conhecimento geral, aqui grafamos uma intervenção mais do deputado José Vitorino (PSD), relacionada desta feita com o ensino superior, decorrida na sessão de 1 de Fevereiro:

1. Considerando que em 21 de Dezembro de 1977, o Partido Social Democrata apresentou um requerimento, de que se junta fotocópia, em que se expunham algumas das principais dificuldades sentidas pelos trabalhadores-estudantes que frequentam os centros de apoio a funcionar em Faro;

2. Considerando que, inexplicavelmente, até agora não foi dada, por nenhum dos Governos, qualquer resposta;

3. Considerando que cabem às Universidades promover a extensão cultural, integrando-se os Centros de Apoio perfeitamente naquela actividade;

4. Considerando que cabe ao Governo facilitar o prosseguimento dos estudos aos alunos que efectivamente o demonstrem.

5. Considerando que a experiência dos Centros de Apoio de Faro, satisfazem esses objectivos com frequência cada vez mais elevadas atingindo presentemente um total de quase 600 alunos distribuídos por:

Românicas, Germânicas e História — em que funcionam os 5 anos dos respectivos cursos;

Direito — em que funcionam os 4 primeiros anos, Sociologia e Gestão de Empresas — em que funcionam o 3.º ano e estando a arrancar o 1.º ano;

6. Considerando que a forma como o ensino se processa está longe de ser a melhor, pois muitos professores não recebem qualquer remuneração pelas horas de aulas (sendo-lhes assegurado apenas a compensação das despesas de transportes e estadia, que são pagas pelos alunos) pois aquelas não são incluídas nos horários das Faculdades respecti-

vas, o que transforma a colaboração dada num abnegado espírito de missão. Por outro lado, a este sacrifício acresce ainda os atrasos frequentes dos aviões, o que origina perda escusada de mais algumas horas;

7. Considerando as deficiências no aspecto de instalações, em especial o reduzido número de salas de aula, e a falta de condições de muitas delas, acrescentando ainda que as mesmas se encontram espalhadas o que, como se conclui facilmente, provoca graves transtornos. Saliente-se no entanto a colaboração dada pela Diocese e, presentemente, pelo Magistério, ao mesmo tempo que faz pena ver fechado um andar arrendado pelo MEC e situação na R. de Santo António, onde antes do 25 de Abril funcionava a Mocidade Portuguesa e que, após essa data, foi destinado ao Centro de Cultura e Juventude.

8. Considerando as grandes dificuldades na obtenção de livros para estudo e consulta pelos alunos, bem assim a necessidade e indispensabilidade de criação de uma boa biblioteca.

9. Considerando as enormes dificuldades financeiras em que, além de alguns auxílios prestados por entidades locais, cada aluno chega a dispendir cerca de 2 000\$ por mês (nos casos em que se tem de deslocar a Lisboa para assistir a aulas) o que é francamente «violento» para quem trabalha e tem família a seu cargo;

10. Considerando que tendo alguns alunos posto o problema oficialmente foi-lhes respondido pelo I Governo Constitucional, em 29 de Julho de 1977, por despacho do então Secretário de Estado que tais acções eram da «exclusiva responsabilidade dos seus promotores», não tendo assim sido dado qualquer andamento do assunto.

11. Considerando que os exames normalmente têm de ser feitos em Lisboa o que provoca inconvenientes graves, dos quais os de ordem financeira são consideráveis, para além de outros.

O Partido Social Democrata face ao exposto solicita ao Governo, através do Ministério da Educação as seguintes informações e esclarecimentos:

a) Como encara o Governo a situação de abandono a que desde há quatro anos têm sido submetidos os trabalhadores - estudantes que frequentam os centros de Apoio ao Ensino Universitário a funcionarem em Faro;

b) É ou não intenção do IV Governo Constitucional analisar urgentemente e de forma profunda tal situação, com vista a que seja garantido aos cerca de 600 trabalhadores-estudantes, que com enormes sacrifícios procuram valorizar-se, o indispensável apoio pedagógico e económico?

Palácio de S. Bento, em 1 de Fevereiro de 1979.

O Deputado do Partido Social Democrata

José Vitorino

M. Sidharta

Movimento de turistas nos Postos de Informação da Comissão Regional de Turismo do Algarve

Ao longo de 1978, os Postos de Informação da CRTA, registaram um movimento de 296 549 turistas, dos quais 221 688 estrangeiros.

O Posto de Turismo de Albufeira foi o que registou maior movimento — 69 159 — (49 387 estrangeiros), seguindo-se o Posto de Faro com — 49 774 — (39 425 estrangeiros).

No ano transacto foi instalado pela primeira vez, nos meses de Agosto e Setembro, um Posto de Informação, na estrada de S. Mar-

PROPRIEDADE - Vende-se

No sítio de Várzea Ruiva (Alte) com a área de 1 000 m2. Tem figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras e possibilidade de horta.

Tratar com Sebastião Dias Águas Lima — ALBUFEIRA.

a «Árvore»; podendo ser eventualmente adquiridas fotografias para inclusão no citado volume.

Independente das eventuais aquisições, serão atribuídos os seguintes prémios:

1. 40 000\$00; 2.º, 25 000\$00; 3.º, 15 000\$00.

O júri reserva-se o direito de não atribuir os prémios na sua totalidade caso não se verifique a qualidade necessária nas obras apresentadas a concurso.

Das decisões do júri não haverá recurso.

As fotografias premiadas ficarão pertencentes automaticamente à comissão organizadora da Semana Florestal que as utilizará como lhe aprouver.

O júri será constituído por representantes dos seguintes organismos:

Um representante da S. E. C.; Um representante da S. N. R. A.; Um representante da Associação Portuguesa de Arte Fotográfica; Um representante da Comissão Organizadora da Semana Florestal.

DO AMEIXIAL

Diz-se:

Que o Ameixial devido, aos seus bons ares e boa água (e não só...) virá a ser em breve um importante centro turístico nacional.

Que, para começar, um rei Midas cá do burgo, cujos foros de óptimo anfitrião e do melhor vocabulário à «antiga portuguesa» já ultrapassou as fronteiras da área serrana, está a atrair a este meio as mais variadas e selectas individualidades do nosso meio provinciano.

Que à sua farta mesa, de uma abundância de arregalar os olhos, não faltam sequer as melhores iguarias da fauna regional e até o apetitoso leitão à moda da Bairrada, regados com os mais apreciados e caros vinhos.

Que mercê disso muito em breve os cabritos virão a rarear cá na serra, em virtude da prodigalidade com que eles estão a ser enviados a título de ofertas, aos seus amigos de longa e fresca data, como que a cimentar uma seara psicológica que lhe facilite o ir conduzindo a água ao seu moínho, mesmo em anos de grande seca ou de excesso de chuvas, como no que decorrer!

INAUGURADAS AS NOVAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE LOULÉ DA C. G. D. C. P.

Construídas há cerca de 30 anos, as instalações da Agência de Loulé da Caixa Geral de Depósitos acabaram por ficar ultrapassadas face ao crescente movimento registado nos últimos anos.

Dá a necessidade de ampliar as instalações que, naturalmente, teriam que ser também modernizadas.

Foi portanto, imperioso arranjar uma sede provisória enquanto duraram os trabalhos de total remodelação, pois apenas foram aproveitadas as paredes exteriores e sem que tivesse sido necessário desalojar o inquilino do 1.º andar.

As importantes obras de remodelação decorreram entre Abril de 1977 e Dezembro de 78 e transformaram as instalações de Loulé em uma das melhores entre a vasta rede de 131 agências e 21 filiais implantadas em todo o País.

Sem dúvida que isto terá sido o justo reconhecimento, por parte da Administração da C. G. D. C. P., de como a população de vasto concelho de Loulé tem correspondido a um serviço que lhe é prestado com a máxima confiança, mas é também uma prova de que a Caixa está cuidando de servir melhor e mais eficientemente, proporcionando aos clientes ambiente mais acolhedor e com menor perda de tempo.

Foi o próprio Administrador da C. G. D. C. P., que revelou esse propósito ao afirmar que «a data de hoje é festiva para a nossa presença no Algarve, mas não simboliza um acto de ostentação, pois tem essencialmente o objectivo de melhor acolher quem nos confia a sua poupança».

Nas breves palavras dirigidas aos convidados que se reuniram na nova agência no dia da inauguração e a quem dirigiu as suas saudações, o sr. Eng.º Frágoso frisou ainda que a Caixa Geral de Depósitos «sempre esteve vocacionada para a poupança, mas que vai deixar de ser só isso», explicando que «em apoio às autarquias locais e em outros fins, foram aplicados 32 milhões de contos» e mais «40 milhões deram apoio à construção de habitações e indústrias diversas».

No aspecto da poupança, é já tradicional a preferência que as pessoas têm pela Caixa, mas o administrador da C. G. D. C. P. frisou que «há uma diferença radical entre a recolha de poupança e um apoio que é preciso dar às actividades comerciais e industriais, apoio esse que, só no Algarve, já se traduz em milhões de contos».

Na qualidade de Presidente da Câmara, o sr. Andrade Sousa usou da palavra para agradecer o con-

vite que lhe foi dirigido «para assistir à inauguração de uma das principais instalações do País, o que sem dúvida se traduz nas atenções que à Caixa merece o maior Concelho do Algarve e dos maiores do País», regozijando-se por que, através dela, se abram novas perspectivas ao investimento numa região onde há ainda tanta riqueza por explorar e que podem até ser complementares de turismo, de cimento e de sal gema que temos.

Em todas as oportunidades que se propicia fazê-lo, o sr. Andrade de Sousa não consegue esconder o seu bairrismo e por isso formulou os seus votos por que, durante a década de 80, a C. G. D. C. P. esteja ao serviço deste concelho numa forma mais activa, contribuindo assim para dinamizar o Algarve, terminando por desejar que a Caixa continue merecendo a mesma simpatia e confiança desde que existe em Loulé, que aliás possui uma das primeiras agências que se criaram no País.

Na qualidade de gerente da Agência de Loulé, também usou da palavra o sr. João Sequeira Martins que manifestou a sua «satisfação por saber que o público desta laboriosa terra tem agora à sua disposição modelares instalações e comodidades condizentes com o prestígio da instituição que servimos», frisando ainda que, como responsável pela Dependência, e em nome dos funcionários que a servem, não regateará esforços no sentido de melhor servir o público, com toda a dedicação para maior eficiência e rapidez dos serviços.

São estas as boas intenções e os desejos formulados pelos 14 funcionários que trabalham nas novas instalações da agência de Loulé da C. G. D. C. P. Contudo se as confrontarmos com as outras agências bancárias da nossa praça torna-se evidente a carência de meios mecânicos que simplifiquem determinadas tarefas correntes e cuja prática de há muito foi ultrapassada.

As novas instalações de Loulé põem, pois, 2 opções à Administração da C. G. D. C. P.: ou moderniza o sector mecanográfico com as máquinas de há muito prometidas, ou amplia o quadro de pessoal, facto a que já aqui salientámos em local recentemente publicada e que nessa altura já correspondia a uma imperiosa necessidade.

Quanto à obra propriamente dita, podemos acrescentar que foi autor do projecto o Arquitecto Mata de Oliveira, responsável pela obra, o eng.º Luna Pais e que a empreitada esteve a cargo de Armando Costa Guerreiro e Fran-

cisco Guerreiro Rosário, de Querença (Loulé).

Na cerimónia de inauguração, além dos convidados locais representando as entidades mais relevantes do concelho, estiveram presentes os seguintes elementos da Administração da Caixa e dos seus Serviços Centrais:

Eng.º José Joaquim Frágoso, Administrador; sr. António José Sancho Pontes, Chefe de Secção do Serviço de Património; sr. Mário da Mota Joaquim, Chefe de Serviço da Direcção dos Serviços de Filiais e Agências; sr. Fernando Ricardo Daniel Reis, Direcção dos Serviços de Inspeção; Eng.º Tito Livio Tavares, Director dos Serviços de Obras e Dr. Manuel Bárcia, Assistente Técnico do Gabinete de Relações Públicas.

Responsáveis locais:
Gerente — Sr. João Sequeira Martins.

Sub-Gerente — Sr. António Mendes Serafim Júnior.

Filial em Faro:
Gerente — Sr. Manuel Gregório Martins.

TURICARNES - Sociedade Algarvia de Produtos Alimentares, Limitada

NOTARIADO PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL
DO CONCELHO
DE OHLÃO

CERTIFICO para efeitos de publicação, que por escritura de nove de Fevereiro do corrente ano, exarada de folhas vinte e sete verso a vinte e nove verso do livro número A-CENTO E VINTE E TRÊS, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, a cargo da Notária Licenciada Maria do Carmo Vilhena Sequeira e Serpa Leal Cabrita, o sócio Augusto Gonçalves de Brito, dividiu a sua quota de valor nominal de oitocentos mil escudos, que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «TURICARNES — SOCIEDADE ALGARVIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LIMITADA», com sede em Vila Moura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, em duas novas quotas de quatrocentos mil escudos cada uma, reservou uma para si e cedeu a outra por igual preço a Manuel Carlos da Silveira Leite da Cunha Vasconcelos; o sócio Arnaldo Conceição Chagas cedeu a sua quota de valor nominal de quatrocentos mil escudos que possuía na referida sociedade por igual preço ao mesmo Manuel Carlos da Silveira Leite da Cunha Vasconcelos.

Por esta mesma escritura os actuais sócios nomearam gerente o sócio cessionário, unificaram as quotas deste e alteraram os artigos terceiro e quinto do pacto social (o seu parágrafo único mantém-se) os quais passaram a ter a seguinte nova redacção:

TERCEIRO — O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de DOIS MIL CONTOS e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo: — Dr. Manuel Carlos da Silveira Leite

DEFESA DAS DUNAS LÍMITROFES DA RIA FORMOSA

Num recente encontro promovido pelo Círculo Cultural do Algarve, foram debatidos problemas relacionados com a Ria Formosa, tendo-se salientado que o estudo, em elaboração no Laboratório de Engenharia Civil, tendente a salvaguardar a estabilidade das dunas limítrofes da Ria Formosa, deverá estar concluído dentro de dois anos.

Foram também abordados assuntos em que intervieram o arq.

Fausto Hidalgo do Nascimento, prof. dr. José Neves Júnior e eng. Inocêncio Santos, ligados à origem, defesa e ecologia da Reserva Natural da Ria Formosa.

Na mesma linha de acção, o Círculo Cultural do Algarve, tenciona fomentar outros colóquios relacionados por seu turno com a cultura algarvia, poetas algarvios, situação de imprensa regional e a Universidade do Algarve.

Imprensa Algarvia em foco

Na publicação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, o mensário «25 de Abril», a que dedicou um suplemento ao Algarve, pode ler-se:

«Chegámos a um ponto importante da vida desta província: a sua imprensa regional. Sem sombras de exagero podemos dizer que a imprensa regional do Algarve é das mais empenhadas de todos o País e isto não é bairrismo, contra o qual estamos vacinados, pois não nos compete

a nós sermos algarvios ou transmontanos, mas simplesmente portugueses. O facto é que a testemunhar este dinamismo existiram já dois encontros da imprensa regional do Algarve e, neste momento, está a ser organizado um terceiro. A documentação que possuímos não nos permite, contudo, percorrer todos os títulos que se coshceram e ainda existem na imprensa regional da província, mas porque com ela trabalhamos quase diariamente, podemos afirmar que se trata, em alguns casos, da mais bem elaborada e redigida (coisa que não é, infelizmente, vulgar nos tempos que correm) de todo o País».

A Lei das Finanças Locais e a C.R.T.A.

(continuação da pág. 1)
ticos conflitos laborais durante o PREC e para cuja solução mais ninguém se preocupou.

Só agora, que a calma voltou, e que o rendimento do turismo atinge verbas tentadoras, é que certas pessoas se lembraram que também eram capazes de perceber de turismo.

Se em vez de «guerrearem» a C.R.T.A., as Câmaras quiseram colaborar com este organismo poderão ver aumentadas as suas receitas através do imposto de Turismo e também as receitas da C. R. T. A..

Basta que se empenhem em fazer uma fiscalização mais incisiva, mas honesta e legal.

...E todos terão a ganhar com o Turismo.

CERÂMICA REGIONAL

ALGARVIA

em exposição em Lagoa

Foi inaugurada no dia 10, no Motel Lagoas, em Lagoa, uma exposição de cerâmica regional algarvia, organizado pela Câmara Municipal daquela vila com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Esta iniciativa visa uma divulgação da excelente qualidade da cerâmica tradicional do Algarve e igualmente incrementar esta actividade artística e artesanal da região.

A exposição estará patente até ao dia 18 (domingo), inclusive e pode ser visitada diariamente das 15 às 22 horas.

COMPRO

Ouro, pratas, relógios de bolso antigos e moedas. PAGO BEM.

Ouriversaria Dinis — Telf. 65527 — QUARTEIRA.

(12-7)

Aos Agricultores do Concelho de Loulé

EMPRESA JÁ CONSTITUÍDA PRETENDE APOIAR AGRICULTURA ALGARVIA CONSTRUINDO GRANDES ARMAZÉNS COM CÂMARAS DE FRIO E REFRIGERAÇÃO E MÁQUINA DE CALIBRAR E PARAFINAR LARANJA E DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO.

AS INSTALAÇÕES SERÃO CONSTRUÍDAS EM ALMANCIL.

SE DESEJA ASSOCIAR-SE BENEFICIANDO DOS LUCROS E DESENVOLVENDO E APOIANDO A AGRICULTURA ALGARVIA ESCREVA OU TELEFONE PARA:

DR. JACINTO DUARTE — TELEF. 62747 — LOULÉ

(4-2)

LOULÉ — ser ou não ser cidade?

(continuação da pág. 1)
seus componentes não se tenham debruçado numa das suas arrastadas sessões, para no mínimo o apreciar ou comentar.

Continuam, portanto, os municípios na ignorância das motivações que se prendem com os prós e os contras ligados a uma eventual promoção, que pelos vistos não espelha qualquer restrição de entusiasmo.

Temos de nos contentar com opiniões e ópticas avulsas, captadas aqui e ali e que nos parecem falhas de uma visão de conjunto, insofismável.

É facto assente que, consciente das suas prerrogativas que não são de agora, Loulé, não pretenda arvorar em cidade sem que as suas estruturas sócio-económicas o justifiquem na medida exacta do seu querer e das suas compreensivas exigências próprias.

Por isso há quem olhe introspectivamente, num exame de autocritica, acabando, depois, mediante um arrolamento circundante, por constatar que uma das faltas notórias é a inexistência de um grande hotel e de outros empreendimentos similares.

Vinculada a uma óptica pragmática este parecer é por isso mesmo parcialista, isto é não contém toda a gama de juízos de valor implicantes, mais dimensionados e adequados a um pequeno universo que sempre constitui uma cidade (aglomerado habitacional e populacional, fulcro de actividades díspares e de estádios civilizacionais dinâmicos e não retrógrados).

To be or not to be (ser ou não ser), que no drama shakespeariano caracteriza uma dada situação em jogo, é um dilema que se coloca a Loulé e que pressupõe por parte das suas gentes uma análise escarpelizada prévia, não só severa para com as suas limitações mas também para com os inconsequentes condicionalismos das várias épocas políticas demarcadas pela estreiteza de vistas e pelo ecletismo míope do Terreiro do Paço.

Precisamente porque durante séculos a fio ficou a vila de Loulé entregue a si própria, vivendo tradições veneráveis mas compreensivamente padronizadas, despertou por fim a desoras, em sobressalto, pelas vibrações de um mundo sacudido (também ele) pelas realidades e promessas tecnológicas e desafio do progresso.

De acentuar que mesmo em tempos recuados o jovem louletano, menos conformado ou mais aventureiro, sempre se evadiu da terra que lhe foi berço (embora houvesse de carpir saudades amargas), quer para se instruir, quer para procurar rumos mais ambiciosos.

Finalmente chegou, como não poderia deixar de ser, a hora das opções, mas estas requerem efec-

tivamente um mínimo de competência.

Por isso a instância da resposta a uma interpegação, que de forma diferente repetimos:

— É ou não desejável a «cidadania» para Loulé?

Ninguém duvidará que lamentações em nada contribuem para modificar o panorama vigente. Nem tão-pouco recriminações e acusações.

Mas algo poderá modificar o pauperismo vigorante de algumas facetas, designadamente e para que se não esqueçam (!), as de ordem cultural.

Enquanto a níveis competentes as decisões se mantêm em suspenso ou simplesmente bloqueadas pela irresolução, círculos responsáveis e influentes podem acionar e apoiar mais objectivamente a criação de um museu e arquivo histórico, preparar uma condigna instalação bibliotecária e fomentar a impulsão de novos centros de cultura e convívio social de maneira a preencherem os ócios (perniciosos quantas vezes) da juventude.

É cristalino que esta futura cidade de Loulé, procure justificar-se como tal e se inquirir do que fez e faz para o merecer.

Muita coisa, estamos certos poderá ser feita neste campo, às expensas dos méritos, e capacidades e vitalidades próprias, quer venha a ser ou não ser cidade.

Sobretudo, não se confie num providencial aceno vindo de extra-muros. Não diria bem de uma emancipação há muito atingida.

Mas não desejamos situarmos-nos nestas simples anotações que deixamos entregues à consideração dos nossos prezados leitores.

Pretendemos ir um pouco além e destas colunas endereçamos à Assembleia Municipal ou aos seus componentes, que representam o Povo deste Concelho, um simples lembrete:

— Por que não inscrever na agenda das próximas sessões esta questão: debate da eventual elevação de Loulé a cidade?

O alvitre aqui fica consignado.

J. A. Viegas

HABILITAÇÕES NOTARIAIS

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

CERTIFICO, nos termos do artigo 97.º do Código do Notariado, que por escritura lavrada no dia 15 deste mês, lavrada de folhas 89 a folhas 91, do Livro B-57, de Notas para Escrituras Diversas do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de José Inácio da Silva Mota, ocorrido no dia 30 de Novembro do ano findo, na Estrada número 431, Km 684 500, Lepe, Huelva, Espanha, natural da freguesia de Santo André, concelho de Estremoz, residente habitualmente na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, no estado de casado com Maria Delfina Rosa Amaral Silva Mota, em primeiras e únicas núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, ela natural da freguesia e concelho de Tomar, residente também na dita povoação de Quarteira, vindo esta a falecer no estado de viúva do primei-

ro, no dia 23 de Janeiro findo, no Hospital de São José na freguesia da Pena, concelho de Lisboa, que não deixaram testamento e foram habilitados como herdeiros do primeiro:

A — Sua mulher, a referida Maria Delfina Rosa Amaral Silva Mota; e,
B — Suas filhas:

a) Isabel Maria Amaral da Silva Mota Soares, natural da freguesia de Camões, concelho de Lisboa, casada segundo o regime da comunhão de adquiridos com Nuno José Chaveiro de Sousa Soares, residente na Rua Actor Epifânio, Lote 1, 3.º, esquerdo, na cidade de Lisboa.

b) Maria de Fátima Amaral Silva Mota, natural da freguesia de Marinhais, concelho de Salvaterra de Magos, casada segundo o mesmo regime de bens com Fernando Manuel de Matos Santa, residente na dita povoação de Quarteira; e como herdeiros da referida Maria Delfina Rosa Amaral Silva Mota, suas filhas, as identificadas Isabel Maria Amaral da Silva Mota Soares e Maria de Fátima Amaral Silva Mota.

Secretaria Notarial de Loulé, 16 de Fevereiro de 1979.

O Terceiro Ajudante,

Maria de Fátima Guerreiro
Rodrigues

A CONTABILIDADE É NECESSÁRIA

TÉCNICO DE CONTAS, COM 15 ANOS DE INSCRITO E IDÓNEO PARA ORGANIZAR E DIRIGIR NÃO APENAS PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE, MAS TAMBÉM ASSUNTOS FISCAIS E ESTATÍSTICOS. DISPÕE DE ALGUM TEMPO LIVRE.

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 41.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
SEGUNDO CARTÓRIO
Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

CERTIFICO: para efeitos de publicação, que neste Cartório, e no Livro n.º B-57 de Notas para Escrituras Diversas, de folhas 93 v.º a 96, se encontra uma escritura de justificação, outorgada no dia dezasseis deste mês, na qual Primo de Sousa Pereira e mulher, Maria Dilar Rodrigues Arouca, residentes no sítio das Benfarras, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem do seguinte prédio: — Rústico, composto de uma courela de terra de semear com árvores, no sítio do Malhadil, na mesma freguesia de Boliqueime, que confronta do norte com Jacinto Rodrigues Galego, nascente com José João da Costa, sul com António Cioelho Taralhão e outro e do poente com caminho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo número 8150, em nome do justificante varão e tem o valor matricial de dois mil cento e vinte escudos, e o atribuído de dez mil escudos.

Que o mesmo prédio está emissão na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme consta de uma certidão lá passada no dia oito deste mês e neste acto apresentada.

Que este prédio lhes pertence porquanto:

O mesmo foi adquirido pelo justificante marido, por compra feita a João Alberto Arouca e mulher Rosária Cristina, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes no sítio da Portela de São Faustino, na aludida freguesia de Boliqueime, por escritura de trinta de Março de mil novecentos e sessenta e cinco, de folhas sete a oito, verso, do Livro número 21-A, de Notas para Escrituras Diversas do Primeiro Cartório, desta Secretaria, e pelo preço de cinco mil e oitocentos escudos.

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para

registo, a verdade, porém é que os referidos vendedores, eram naquela data, donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem do prédio supra descrito, e então vendido, pelo facto de os mesmos, o haverem comprado, pelo preço de dois mil e oitocentos e cinquenta e quatro escudos a Manuel Coelho e mulher Jacinta de Jesus, ambos naturais da freguesia de Boliqueime, casados segundo o aludido regime de bens, residentes em La Plata, Argentina, por meio contrato particular nunca reduzido a escritura pública, em data que não sabem precisar do ano de mil novecentos e trinta e quatro.

Dado o modo, como foi feita esta aquisição, não têm título suficiente para comprovar o seu direito de propriedade plena sobre o aludido prédio, primeiro em nome dos mencionados João Alberto Arouca e mulher, Rosária Cristina, pelos meios normais extrajudiciais, a verdade é que desde a referida compra não titulada por escritura pública, sempre estes possuíram o citado prédio em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente e com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse contínua, pacífica e pública, pelo que na data da citada escritura de trinta de Março de mil novecentos e sessenta e cinco, já o haviam adquirido por usucapião.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Fevereiro de 1979.

O Terceiro Ajudante,
Maria de Fátima Guerreiro
Rodrigues

BETUNES — LOULÉ



AGRADECIMENTO

MIGUEL DE SOUSA
MENDES

Sua família vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que compartilharam da sua grande dor, e se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso e chorado extinto, não o fazendo pessoalmente, como era de seu desejo por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas.

FAMEL - ZUNDAPP

A GRANDE VENCEDORA DOS CAMPEONATOS

NACIONAIS DE 76, 77 E 78!

Motorizadas FAMEL - ZUNDAPP

um conjunto de confiança!

FAMEL — ÁGUEDA

(8-4)

CARTA ABERTA

AOS DEPUTADOS CRISTÓVÃO NORTE E JOSÉ VITORINO

Acabo de saber que foi por fim aprovada (e por unanimidade!) na Assembleia da República, a Universidade do Algarve.

Claro que tive uma grande satisfação pois não sabia que fazer aos meus filhos em idade escolar. Agora o que não compreendo é que alguns senhores em vez de os felicitar por isso tratam de demonstrar que afinal o mérito está nas pessoas que falaram e escreveram sobre o caso. Uns há 20 ou 30 anos outros mais recentemente. Por isso venho, de que peço me perdoem, dar-lhes um conselho! Tratem o mais urgentemente de pedir desculpa por terem feito o que fizeram a todas essas pessoas que ainda que disfarçadamente têm tentado demonstrar que foram eles os grandes obreiros da criação da Universidade, para eles ficarem descansados e poderem sem preocupações pensar a quem deverão atribuir a construção dos edifícios da Universidade. Já agora como se começa a querer a Universidade em todas as terras do Algarve e isso vai levar pelo menos uns 10 a 20 anos a resolver, ponho à disposição da Comissão Instaladora uns 100 a 200 hectares de terras que tenho em Sagres ao preço da chuva (mais ou menos 200\$000 o metro) por se tratar de uma obra deste género e importância.

As vantagens são enormes! Primeiro fazia-me um jeitão que nem se calcula! Segundo, o local é o melhor possível. Não há luz, não há água, não há ruas, nem esgotos mas como a discussão onde

deverá ser colocada vai levar uns anos, poderíamos começar a fazer todas aquelas necessidades e depois democraticamente colocar lá a Universidade. Também não há cães a ladrar toda a noite e não há motorizadas a fazer barulho. Isto é, não há poluição sonora. É um local onde os nossos universitários poderiam em ambiente de clausura aprofundar os seus conhecimentos, livres de influências sempre nefastas que o convívio com a humanidade sempre provoca. E pronto, este caso já está resolvido. Mas agora falando a sério! Para que se metam vocês nestes assados se

nos bastava que A ou B já tivessem falado e escrito acerca disto?

Quando quiserem tratar de outra coisa na Assembleia da República, procurem saber quem já falou nela primeiramente. Depois, pedir licença para a resolver, se não já sabem, não chegam os jornais para os desancar pois que o que é primordial, é ser o 1.º a falar e não a resolver. Estou como o outro «eu não quero que me expliquem. Eu só quero é entender!» E vamos brincar ao Canavall e cantar o fado que é o que induca! Vosso amigo dedicado.

A. S.

TARDES DESPORTIVAS DA RDP-SUL

Procurando servir melhor a massa de audiência espalhada pelo Algarve e Alentejo, a RDP-Sul conseguiu o que se pode considerar uma vitória, perseguida e desejada de há muito tempo a esta parte. Trata-se das Tardes Desportivas, todos os domingos, das 14 às 18 horas, e que preenchem deste modo uma lacuna na informação desportiva do Algarve.

As Tardes Desportivas, são

da responsabilidade de Luís do Livramento, popular locutor da RDP-Sul, considerado por muitos ouvintes, como o melhor elemento daquela estação emissora, não só por uma locução timbrada e fluente, mas também por uma competência e conhecimento do «métier» que coloca à evidência na produção e realização, como o prova o êxito que tem conhecido o seu programa das manhãs, «Olá, Bom Dia».

Chegam-nos, por outro lado, informações de que estaria para breve o despedimento de muitos dos contratados a prazo, por determinação da Administração de Lisboa da Radiodifusão Portuguesa.

Trata-se, sem dúvida, de uma medida inserida em políticas de saneamento financeiro da empresa, mas de uma coisa queremos desde já lançar o alerta. É que, se existem emissores ou serviços, espalhados por esse País, com funcionários em excesso, esse facto não se passa na RDP-Sul, onde os trabalhadores se desdobram em sacrifícios, para conseguirem manter o nível de audiência conquistado, e os espaços de programação, extraordinariamente elevados face à exiguidade das disponibilidades humanas. É por isso que não queremos dar crédito às vozes que em surdina anunciam, também para ali, o despedimento de 7 competentes e dedicados funcionários, sacrificados no holocausto da má gestão de outros departamentos, que não a RDP-Sul. Ou vai-se querer passar de cavalo para burro?

A. S.

CANTINHO DA CRIANÇA

SECÇÃO DE E PARA A CRIANÇA

RONDA PELAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

A orientadora desta tua secção, a Dr.ª Idália Parinho Custódio, na companhia do redactor deste jornal J. C. Viegas, visitou recentemente várias escolas de ensino primário desta vila para corresponder ao entusiasmo por ti sentido quando soubeste que aqui tinha surgido um «cantinho» teu.

Numa próxima edição se dará à estampa, embora resumidamente, o êxito que constituiu uma dessas visitas e mais propriamente o que foi dado ver e apreciar sobre a tua aprendizagem quando ela decorre sob os auspícios do carinho e da compreensão.

Pode-se avançar, entretanto: foi tanta a satisfação transmitida que os visitantes, contagiados pelo ambiente, projectam prosseguir, em sinal de reconhecimento, alargando quando possível as suas visitas.

Assim, contam oportunamente encetar uma ronda por outras escolas mais, onde outras tantas crianças querem conversar e mostrar o produto do seu labor e dos seus talentos.

Portanto, até breve... e apura-te nos teus trabalhos.

● OLHA PARA ESTA FLOR!

Olha para esta flor!
Viste? Ela cresceu!
Com carinho cresce!
Morre, com a guerra!
Vive, com amor!
Vamos ajudá-la a crescer mais!
AJUDEMO-LA!!!
Olhem-na, bem!
No fundo é uma criança!
Uma criança chorando!
Chorando, chorando como um rato!
Mas ela é a única esperança,
mesmo chorando como um rato!...
É A ÚNICA ESPERANÇA...

Luís Filipe dos Santos Teixeira
(11 anos)

Aluno da Escola Preparatória de Faro

● AS NÚVENS

As núvens flutuando pelo ar parecem barcos à vela.
As núvens têm várias formas: são gatos, cães, cavalos; são uma infinidade de coisas.

Quem dera deitar-me em cima de ti!

Iria visitar o arco-íris!
Visitaria o reino da fantasia...
Ó núvens, até amanhã!
Que eu vou andar de bicicleta...

José Duarte dos Santos Rodrigues — (11 anos)

Aluno da Escola Preparatória de Faro

● GIRASSOL

Girassol, viraste para o sol,
giras e giras
como o mundo
à volta do sol...
Girando, girando
cresces a florir...
És lindo a girar
sem parar...

José Manuel Santos Ventura
(11 anos)

Aluno da Escola Preparatória de Faro

● ENTREVISTAS EM LOULÉ

Conduzidas por: Gabriela Pintasilgo (12 anos) — Esc. Prep. de Loulé e Isabel Cristina de Sousa (11 anos) — Esc. Prep. de Loulé

«O QUE PENSA DO ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA?»

«Penso que é uma oportunidade de que nós, adultos, temos de meditar nos direitos que as crianças têm e na obrigação de as ajudar. Devemos pensar que as crianças são a sociedade de amanhã, por isso, essa sociedade se-

rá aquilo que as crianças forem hoje, ajudadas por nós».

Manuel Coelho — (Professor)

«O que eu penso do Ano Internacional da Criança é que, realmente, é uma coisa muito engraçada. Espero que os nossos governantes possam fazer alguma coisa melhor, para que as crianças do amanhã sejam mais felizes. E que essa felicidade não exista só cá, mas no mundo inteiro».

Anibal Ramos Martins — (Comerciante)

«Penso que todas as crianças têm efectivamente o direito de que se pondere nelas, porque serão os homens de amanhã, e, como tal, merecem toda a nossa atenção».

Aproveito para fazer lembrar que existem milhões de crianças em condições sub-humanas de vida e essas, mais que todas, merecem, não só o nosso apoio material, mas também, todo o nosso carinho».

Maria José Mendonça Sousa
(candidata à advocacia)

DESTRUIR — Que solução?

Viver longe é trazer no coração uma mão cheia de saudades corresponsáveis a outras tantas coisas que aí deixei: a família, os amigos construídos em muitos anos e também essa palavra mágica que respondo orgulhosamente quando me perguntam donde sou: LOULÉ. Cinco letras que tornam uma imagem tão querida como os entes que lá ficaram. É essa a terra onde cresci e vivi desde os cinco anos. Aprendi a amá-la como se fora a minha. E certo é também que Loulé, a vila que trago bem dentro de mim, sempre me foi ingrata e traiçoeira. Quantos sonhos, quantos ideais de Justiça e de vida eu desperdiciarei aí, levado pela ingenuidade de acreditar numa sociedade renovada. Grande tolo! — a «alma», às vezes, é grande. Mas, ainda assim, há coisas, que não «valem a pena». Como, por exemplo, supor que a aparência das pessoas é a imagem da sua realidade.

Mais vale dar crédito àquele ditado: «faz como eu digo mas não faças como eu faço» e nele buscar as minhas considerações em relação aos semelhantes que me rodeiam. LOULÉ... Pobre terra que queimou todos os meus sonhos de adolescente e me obrigou a vir sonhar para outro lado bem mais perto das realidades e onde, entre o sonho e a vida, a distância é mais curta. E mesmo assim, com muito carinho, trago sempre num canto do meu peito lembranças dessa miserável terra.

É exactamente por esse carinho, por esse sentimento de benevolente protecção, que, há dias, lendo as páginas deste mesmo jornal me indignei a valer ao tomar conhecimento de que fora demolido o chafariz centenário até então instalado no largo do mesmo nome. Cerrei os punhos com força e, entre outros nomes feios que não cabe aqui citar, chamei louco e ignorante à pessoa (não sei quem foi) que ordenou tal demolição. Apliquei precisamente os mesmos adjectivos aos elementos da população e das autoridades que assistiram ao acto e permitiram a sua consumação. E pensei cá para comigo que não vale a pena viver numa terra onde se cometem atrocidades de tal ordem. O chafariz, como já aqui foi frisado e muito bem pelo sr. J. C. Viegas, era um elemento importantíssimo no cenário arcaico do pouco que ainda resta daquilo que foi LOULÉ dos nossos ascendentes.

Na minha vila, nesse Loulé tão bairrista, é proibido ser-se poeta ou ser-se capaz de olhar a «beleza das coisas belas». E verifico agora, também, que há cargos públicos de responsabilidade ocupados por gente perigosa capaz de destruir valores irrecuperáveis. Até quando, não sei.

Nem posso imaginar qual terá sido o motivo que levou à demolição do chafariz. Se a pessoa responsável tiver ocasião de ler este apontamento muito grato lhe ficaria se me elucidasse aqui mes-

mo, publicamente. No caso de a razão ter sido o descongestionamento do tráfego, não me posso abster de perguntar: para quando a construção da tão falada estrada de circunvalação que virá resolver o problema do trânsito em Loulé? Mal vamos nós nesse arrastado país enquanto a solução fôr destruir em vez de construir.

New York, 30-1-79.

M. Antunes Silva

N. D. — Cumpre-nos dizer a este nosso prezado amigo e assinante, que as razões que julgamos terem motivado a destruição do chafariz, foram ditadas pelas autoridades municipais, (ao que supomos o órgão deliberativo) com o objectivo de permitirem uma mais fácil manobra por parte dos veículos pesados, ao fazerem a curva da rua da Barbac.

Simplemente, o lugar deixado pelo chafariz passou a encontrar-se, regra geral, ocupado no estacionamento de automóveis, pelo que se produziu o efeito contrário: o espaço de manobra dos veículos pesados diminuiu.

Resumindo: atentou-se contra o património da vila, destruiu-se um pequeno complemento do inegável valor turístico e, no fim, quanto aos objectivos propostos, passou-se de cavalo para burro.

O chafariz, embelezar sim, destruir, nunca! Agora, é tarde. Que conste na História.

Serviços de Avisos do Algarve

INFORMAÇÃO

Na sequência das nossas informações agrícolas, através do Serviço de Avisos, achamos da maior oportunidade recomendar os Senhores Agricultores da necessidade de proceder a alguns tratamentos fitossanitários em relação aos seguintes inimigos das culturas: **Míldio dos Citrinos** em variedades tardias, **Pedrado da Nespereira**, **Pedrado e Cancro da Maieira e Pereira**, **Crívado**, **Lepra e Monília das Prunóideas**.

A influência nítida dos factores climáticos em relação ao desenvolvimento das doenças criptogâmicas anteriormente mencionadas, assim como a alta eficácia dos tratamentos de Inverno, relativamente a determinados inimigos das culturas, justificam plenamente a oportunidade desta informação.

CITRINOS

Míldio ou Aguado dos Citrinos

As temperaturas e humidades registadas durante o Outono e Inverno, por serem favoráveis a esta doença, têm originado fortes contaminações dos frutos e, como consequência, a sua queda antecipada. Por tais motivos, lembramos que as variedades tardias poderão ainda ser afectadas por esta doença durante o tempo frio e chuvoso, pelo que se recomenda pulverizar, a jacto fino, com produtos à base de cobre, as copas, penhas e troncos dessas árvores, especialmente a parte inferior das copas.

Neste tratamento recomendam-se as seguintes substâncias activas:

Oxicloreto de cobre, Óxido cuproso, Sulfato de cobre, Oxicloreto de cobre + Zinebe, Manebe + Oxicloreto de cobre + Zinebe, etc..

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL

DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-105, de fls. 54 v.º, a 57 v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 16 do corrente, na qual Manuel Martins Ferreira e mulher Maria Otília Filipe Marcos, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano, constituído por um compartimento para habitação, em ruínas, dois poços e logradouro, com a área de seiscentos e cinco metros quadrados, no sítio do Almargem, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do norte com Fernando Rita, do nascente com ribeiro, do sul com um sr. Brito e do poente com Estrada Nacional, inscrito na respectiva matriz predial sob parte do artigo número mil quatrocentos e vinte e seis, com o rendimento colectável devidamente discriminado de cento e trinta e dois escudos, de que resulta o valor matricial de dois mil seiscentos e quarenta escudos e a que atribuem os duzentos mil escudos;

Que este prédio faz parte do descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número trinta e três mil quatrocentos e noventa e cinco, a folhas cento e quatro, verso, do livro B-oitenta e cinco, não se encontrando, porém, inscrito a favor dos transmitentes conforme se infere duma fotocópia extraída na referida Conservatória, contendo o teor da aludida descrição predial, e, bem assim, de todas as inscrições e averbamentos em vigor, que lhe dizem respeito;

Que este prédio lhes pertence, por ter sido comprado pelo varão, em seis de Julho de mil novecentos e setenta e sete, através da escritura lavrada a folhas cento e quarenta, do livro número B-noventa e quatro, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, pelo preço de duzentos mil escudos, a Maria das Dores Cristóvão, viúva, e a Francisco Cristóvão Mealha e mulher, Filipa de Brito Viegas, casados se-

gundo o regime da comunhão geral de bens, todos residentes no sítio de Vale de Éguas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, a primeira já falecida;

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para registo, a verdade, porém, é que os transmitentes, os aludidos Maria das Dores Cristóvão e Francisco Cristóvão Mealha e mulher, eram na data daquela escritura, donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrem, do prédio supra descrito e então vendido, porquanto:

a) Por escritura lavrada em três de Setembro de mil novecentos e vinte e quatro, a folhas sessenta, verso, do livro número cento e dez, de notas para actos e contratos entre vivos, do falecido notário que foi desta Secretaria, Bacharel João Augusto de Melo e Sabo, cujo arquivamento transitou para a antiga Secção desta Secretaria, actual Primeiro Cartório, foi feita a partilha dos bens da herança aberta por óbito de Francisco Cristóvão de Sousa, que faleceu no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria da Luz Correia e residiu no sítio dos Barrois de Almansil, da freguesia de Almansil, deste concelho, entre a aludida viúva e os sete filhos deste casal — Maria da Luz Cristóvão de Sousa, Maria das Dores Cristóvão, Manuel Cristóvão de Sousa, Maria da Glória Cristóvão, António do Carmo Cristóvão e José Cristóvão de Sousa, — tendo sido adjudicado a cada um deles e respectiva conjuge uma sétima parte indivisa de um prédio que se encontrava englobado no relacionamento sob a verba número nove daquela partilha e que constitui o actualmente descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número trinta e três mil quatrocentos e noventa e cinco, a folhas cento e quatro, verso, do livro B-oitenta e cinco, já referido;

b) Em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte e cinco, entre todos os referidos proprietários, se procedeu a uma divisão e demarcação, meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública do aludido prédio, tendo sido adjudicado a Maria das Dores Cristóvão e marido, Francisco Guerreiro Mealha, em pagamento da quota ideal ou fracção de um sétimo, que possuíam no anterior, o prédio supra descrito e que lhes ficou a pertencer, — sendo também certo, Que os aludidos Maria

das Dores Cristóvão e marido, Francisco Guerreiro Mealha, falecidos, respectivamente, em quatro de Janeiro de mil novecentos e setenta e oito, e em quinze de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, sempre estiveram na posse do prédio supra descrito, desde mil novecentos e vinte e cinco, até que o mesmo foi transmitido em nome próprio, e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião; — esclarecendo,

Que o mesmo foi transmitido para eles justificantes através da citada escritura de seis de Julho de mil novecentos e setenta e sete, na qual intervieram como vendedores, a referido Maria das Dores Cristóvão e o único filho do casal, Francisco Cristóvão Mealha e mulher, em representação de seu falecido pai, Francisco Guerreiro Mealha;

Que não obstante a aludida divisão de facto, ter ocorrido em mil novecentos e vinte e cinco, só em mil novecentos e setenta e sete, se procedeu à discriminação do rendimento colectável do referido artigo mil quatrocentos e vinte e seis, na Repartição de Finanças deste concelho, razão porque alguns proprietários das restantes parcelas discriminadas as têm vindo a vender como se de partes indivisas se tratasse; e

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o direito de propriedade perfeita dos transmitentes, sobre o prédio supra descrito e então vendido, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Fevereiro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Dão-se alvissaras

A quem indicar o paradeiro de 2 cadelas «Pastor Alemão», desaparecidas há cerca de 20 dias na praia da Galé.

Contactar pelo telefone 52799 — ALBUFEIRA.

ARMAZÉNS

ALUGAM-SE

Alugam-se 2 armazéns (por estrear) na Rua dos Combatentes da Grande Guerra. (Em prédio de construção recente).

Informa na mesma rua n.º 54 em Loulé.

A.I.A. - Agência Imobiliária do Algarve, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 6 do mês corrente, lavrada de fls. 15, v.º a 17, v.º do livro n.º A-105, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o sócio da sociedade «A. I. A.

LOULÉ



HUMBERTO MARIA VAZ DE BARROS VASQUES

AGRADECIMENTO

A todos quanto (e muitos foram) os que manifestaram espontaneamente a sua grande e generosa amizade a Humberto Vasques, sua família vem agradecer publicamente as exteriorizações de pesar que lhe foram endereçadas aquando do seu falecimento, tornando o seu agradecimento extensivo aos muitos amigos que acompanharam o saudosso extinto à sua última morada.

Vende-se Prédio

BARATO

Com 4 assoalhadas (8 divisões), armazém, cavala-riça, com cisterna, no sítio da Picota — Parragil — Loulé.

Nesta redacção se informa. (2-2)

EMPREGADA

Precisa-se com prática de Contabilidade.

Telefonar para o n.º 52204 ou 52436 — ALBUFEIRA.

ALUGAM-SE APARTAMENTOS

Precisam-se apartamentos com ou sem mobílias, em Loulé ou Faro.

Nesta redacção se informa. (2-1)

— Agência Imobiliária do Algarve, Lda., com sede na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, José Guerreiro Martins, dividiu a sua quota do valor nominal de 100 000\$00, em duas novas quotas, de 95 000\$00, e 5 000\$00, que cedeu, respectivamente, ao consócio Manuel Martins Silva e a Mário Nunes Barruncho, pelo que saiu da sociedade e renunciou à gerência;

Pela mesma escritura, foi aumentado o capital social de 200 000\$ para 500 000\$, tendo o aumento sido subscrito pelo sócio Manuel Martins Silva, o qual unificou as suas quotas, e tendo ainda sido alterados os artigos 3.º e 5.º do pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

3.º — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e nos outros valores constantes da respectiva escritura, é do montante de 500 000\$00, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de 495 000\$00, pertencente ao sócio Manuel Martins Silva;

Outra de 5 000\$00, do sócio Mário Nunes Barruncho.

5.º — 1. A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer dos sócios poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente Manuel Martins Silva, podendo, no entanto, os actos de mero expediente, ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 21 de Fevereiro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

PRECISA-SE

2.º ESCRITURÁRIO

Com muita prática e conhecimentos de contabilidade.

Enviar informações detalhadas e curriculum a este jornal ao n.º 43.

(2-1)

ANUNCIE

EM

«A VOZ DE LOULÉ»

O PLANEAMENTO DO TURISMO E OS MÉTODOS QUANTITATIVOS

(continuação da pág. 1)

cia financeira a nível macro-económico.

Esses efeitos positivos a que nos referimos, têm-se traduzido em cifras progressivamente maiores, num nível de tal modo elevado que obrigam a um estudo detalhado e sistemático do conjunto de estatísticas que aparecem a montante e a jusante do sector turístico, ou seja, a procura e a oferta.

Para o indivíduo em si, porém, este aspecto quantitativo de encarar o problema não é apercebido com a acuidade necessária, pois cada pessoa, é mais sensível às normas qualitativas da actividade, delimitando-lhe o estudo a aspectos sociais, geográficos, culturais, artísticos e legais, em detrimento da perspectiva do tratamento matemático.

Mas explicitemos. O Homem de hoje, tem cada vez mais a necessidade de conhecer a conta-corrente das possibilidades com que pode contar, das metas que pode atingir, dos inconvenientes que pode encontrar, na concretização de qualquer actividade, e, neste caso concreto, da actividade turística. Trata-se em suma, de um fenómeno vulgar no Homem de hoje, e que o inquieta e preocupa a cada passo: o problema da limitação!

Exemplifiquemos com as questões que se põem na planificação individual de cada um: o rendimento disponível para gozar umas férias; os dias que serão concedidos de descanso, o custo de vida no lugar idealizado para passar aquele período de tempo, etc. Eis pois, portanto, toda uma série de factores de tradução eminentemente quantitativa.

Todavia, o que acabamos de referir, tem uma perspectiva limitada a um campo meramente in-

dividual, e como um sector não é, linearmente, apenas um conjunto de indivíduos actuando isoladamente, também o estudo do turismo não pode ser considerado numa perspectiva tão tangente e restritiva.

Numa análise sectorial enquadrada na problemática do planeamento e programação da política económica tida como mais conveniente, o turismo exige, através dos seus efeitos económicos uma profunda preocupação e um debruçar que não se compadece com o desconhecimento exaustivo das principais grandezas, tais como as que passamos a enumerar:

Como variáveis da procura — a entrada de turistas e o gasto turístico em divisas; a procura interna e estrangeira; o volume de dormidas;

Como variáveis da oferta — a capacidade da hotelaria e estabelecimentos extra-hoteleiros; o número de indústrias turísticas complementares; os postos de trabalho no sector, isto tudo, para além de sub-variáveis daqui advenientes e que se tornaria moroso estar a enunciar.

Chegados que estamos a este ponto, debruçemo-nos agora um pouco sobre os efeitos económicos do sector turístico, propriamente ditos e equilibrados no verso e no reverso da medalha.

1.º) — **Efeitos sobre a balança de pagamentos:**

a) Efeito positivo: o adquirir das divisas necessárias que equilibram ou ajudam a equilibrar o défice da balança;

b) Efeito negativo: como fluxo contrário àquele, a saída de cidadãos nacionais em turismo para o estrangeiro, provoca uma saída de divisas que pode causar graves desequilíbrios na balança.

2.º) — **Efeitos económicos di-**

ramizadores do desenvolvimento regional.

Trata-se de um efeito de arrastar, pois que o desenvolvimento da actividade turística em zonas normais ou tradicionalmente em estado de subdesenvolvimento agrícola e industrial, abre nessas regiões, novas perspectivas, nomeadamente no que se refere a um crescimento acelerado do rendimento e da oferta de emprego.

3.º) — **Repercussão sobre o desenvolvimento intersectorial.**

Trata-se de um fenómeno semelhante ao registado na área anterior, se bem que numa óptica diferente. O avanço do sector turístico repercute-se no avanço de outros sectores, propulsionados para a intensificação do processo produtivo, de modo a solver as exigências de uma oferta em crescente expansão.

4.º) — **Efeitos positivos sobre a oferta global de emprego.**

Ora, aumentando o número de estabelecimentos, indústrias e serviços, aumenta proporcionalmente a oferta global de postos de trabalho.

Finalmente, e para terminarmos, referimos que o estudo matemático do fenómeno turístico pode ser encarado sob duas perspectivas: uma, puramente estatística tendo em atenção a evolução histórica do sector, as formas manifestadas, a constatação da sua estrutura e do seu crescimento.

A outra, também obviamente estatística, preocupa-se com a previsão das variáveis turísticas a curto e a longo prazo através de projecções de métodos econométricos.

Mas, sobre estes assuntos, esperamos voltar a debruçarmo-nos, bem como se trata de temas pouco tratados e estudados em Portugal, e portanto longe de se esgotarem.

José Manuel Mendes

Vale do Lobo (Turismo) Limitada

QUARTO CARTÓRIO
NOTARIAL DE LISBOA

Notário — Lic. Henrique Vaz
Lacerda

CERTIFICADO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO: — Que por escritura de 25 de Janeiro de 1979, lavrada de folhas 8 verso a folhas 10, do livro número E-106, deste Cartório, a «EMPRESA TURÍSTICA VALE DO LOBO DO ALGARVE, LIMITADA» e «CLUBE DE GOLFE DE VALE DO LOBO DO ALGARVE, LIMITADA», como únicas sócias da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «VALE DO LOBO (TURISMO) LIMITADA», com sede no sítio de Vale do Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, elevaram o capital social para 5.000.000\$00, sendo a totalidade da importância deste aumento de 4.000.000\$. Pela mesma escritura altera-

ram a redacção do artigo quarto, número um dos estatutos da referida sociedade, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO QUARTO — Um — O capital social é da quantia de cinco milhões de escudos, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma quota de quatro milhões novecentos noventa e cinco mil escudos pertencente à sócia Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Limitada, e uma quota de cinco mil escudos pertencente à sócia Clube de Golfe de Vale do Lobo do Algarve, Limitada.

Está de conformidade com o original e que na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Lisboa, dois de Fevereiro de mil novecentos setenta e nove.

O 3.º Ajudante do Cartório
(Assinatura ilegível)

TÉCNICO DE CONTAS

ACEITA ESCRITAS, EM PART-TIME, PARA CONTABILIDADE DOS GRUPOS «A» E «B» (INCLUINDO CONTABILIDADE ANALÍTICA).

TRATAR PELOS TELEFONES 62835 OU 62857 — LOULÉ.

(2-2)

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Pelo Dr. Ataíde Oliveira

Não pôde dominar o próprio medo e fugiu para não mais aparecer. Crê-se que morreu lá nos Brasis.

E reduziram-se todas as suas informações ao que fica escrito. Cheguei a Loulé e dirigi-me a casa da senhora Maria da Glória, a quem comuniquei as minhas últimas informações.

— Tem muito interesse em coligir tudo o que há em Loulé e freguesias relativamente às mouras encantadas e encantamentos? — Muito.

— Parece-me que estou prestes a fornecer-lhe grandes e importantes apontamentos, que me são subministrados por pessoa, que não quer ser conhecida.

— Eu desejo coligir tudo o que há na tradição sobre o meu assunto, mas não estou resolvido a publicar quaisquer patranhas, filhas da imaginação popular. Um elemento indispensável para mim é a antiguidade da narração. Portanto não posso aceitar nada que se me conte, sem conhecer a pessoa que conta. Não discuto a veracidade, ou antes a natureza dos sucessos, nem a sua verosimilhança, uma vez que os factos narrados tenham por si a antiguidade e que esta me seja afirmada por pessoas sinceras. Em vista do exposto desejo conhecer as pessoas que expõem esses factos.

— A pessoa a quem me refiro é pessoa antiga, muito séria e em certa posição social. Não é capaz de contar patranhas nem forjar mentiras.

— A minha velhinha tem essa pessoa em muito boa conta, não duvido; mas sou eu que me encarrego de fazer a publicação desses sucessos, e naturalmente sou eu que os acoberto com a minha boa fé; ora não estou resolvido a publicar coisa, que eu não possa directamente comprovar, chamando a autoria, se tanto for preciso, a pessoa, cujas narrações forem contestadas.

A senhora Maria da Glória pensou por algum tempo e respondeu:

— Vou falar esta noite com a pessoa a quem aludo, amanhã volte cá.

Despedi-me e saí esperançado de que a minha informadora conseguisse revelar a pessoa, que tanto sabia de lendas, segundo ela me informava.

No dia seguinte fui a casa da senhora Maria da Glória. Estava deitada. Esperei que se erguesse da cama.

Logo que me apareceu, disse muito risonha:

— Falei com a pessoa.

— E então?

— Não tem dúvida de o receber; pôs, porém, uma condição.

— Qual?

— Ocultar o seu nome, enquanto não tiver necessidade de o descobrir.

— De acordo.

— À noite venha a minha casa. Eu obriguei-me a acompanhá-lo.

Agradei, prometendo-lhe que às oito horas da noite voltaria. E à hora marcada não faltei.

— A pessoa que vai visitar tem muitos apontamentos de antigas lendas, avolumados por factos mais modernos, que os seus ascendentes, de longa data, têm registado. É necessário que se mostre bastante crédulo, porque se ela desconfia de que o senhor a quer disfarçar, cala-se.

Agradei o conselho e, acompanhado pela senhora Maria da Glória, dirigi-me a casa da pessoa, que ainda não sabia quem fosse.

*
* *

A pessoa que me foi apresentada tinha superior vantagem às outras que até aqui ouvira: era rica, sabia ler e escrever. Dei por muito bem empregado o tempo da minha assás prolongada conferência. Esclareceu-me alguns pontos obscuros da lenda Cassima, subministrando-me notícias muito apreciáveis e até palavras árabes, que me serviram de muito auxílio, pois que as velhinhas por mim consultadas se estropiavam; e finalmente apontou-me muitos factos assás curiosos, a ela transmitidos por seus avós.

— No sítio do Vale, disse-me, há um mouro encantado sob a figura de um carneiro môcho. No dia em que for desencantado desencantar-se-ão todos os mouros e mouras encantadas nesta vila e seus arredores. Diz a tradição que o carneiro representa um mouro poderosíssimo, que se supõe ser o rei de Silves, Aben-Afan.

— Esse morreu ao saltar no seu cavalo o pego...

— É isso que dizem os historiadores desse tempo, e todavia a tradição diz outra coisa.

PEDAÇOS DE VIDA

texto e presença de
JOSÉ MANUEL MENDES

Máscaras de carnaval nas ruínas de um velho convento

Há quem diga, eu digo, que a miséria é uma das máscaras possíveis, neste carnaval de todos os dias, a que vulgarmente se chama Vida. E, porque é possível, e porque existe, mais se torna flagrante o realismo da sua existência patética, quando em confronto, com aquelas máscaras que povoam o universo da convivência social, e que se duplicam e desdobram, muito especialmente na quadra que se convencionou dedicar à exaltação da alegria, do ridículo, da fuga e da explosão psíquica, que se designa por três dias de Carnaval.

Curiosamente, contrastantemente mesmo, ali por detrás daquele armazém enorme, onde se confeccionaram e delinearam os cortejos e as mostras artísticas das florinhas de papel, e dos coloridos das alegorias, que foram enfeitar a alegria de uma avenida repleta de multidão, ali, no palco das ruínas irrecuperáveis do velho Convento de Sto. António, há actores mascarados de miséria, que gozam e se riem com a própria desgraça, que serpenteiam pelo meio das velhas pedras dos buracos velhos, como fantasmas de antigos monges, pelas fugidias aparições, pela sensação de marginalidade que ali se respira.

Respira-se, e mal, naquele templo «carnavalesco». Não porque se brinque às garrafinhas de maus cheiros, ou aos pózinhos de espumar, que os rapazes atiram nas escolas, nas camionetas, nos recintos públicos. Mas porque, por dentro, das tristes paredes que ainda não ruíram, são mais os cães, os gatos, e outros animais, que as pessoas, em comunhão de tecto, em promiscuidade de sobrevivência. Mas, pasme-se, senhores leitores! Ali, «vivem» pessoas!

Acto trágico às portas de Loulé, com vistas para a mãe soberana, a mendicância instalou-se com o decorrer dos tempos, no teatro da miséria. Já não muito longe dos avanços da urbe, que

cresce, e ameaça crescer mais e mais, até submergir aquele cancro a que ninguém dá cura, a que ninguém parece dar-se conta.

Desde o homem sem pernas, à velha que mal se mexe, passando pela louca que percorre as ruínas do convento, sonhando que um dia virá, em que ela conseguirá a sua reconstrução, restaurar-lhe a glória perdida, chegando a um ar nauseabundo, que parece ter-se ali instalado com malas e bagagens, nada, não há nada que justifique este espectáculo gratuito, sem que haja uma voz que alerte, um decreto que se aplique, uma decisão que se imponha.

Palavra, que desconhecemos se a caridade já ali chegou, através de alguma instituição ou entidade particular. Se não chegou, ainda está a tempo.

É porque Loulé, poderá muito bem continuar a ser a terra do Carnaval, e a gastar nele as verbas que muito bem puder e entender.

Mas julgamos também, que já vai sendo altura de acabar com este «carnavalesco» de miséria que descrevemos, já que a sociedade permite estas injustiças, quanto mais não seja, por solidariedade humana.

RECENSEAMENTO ELEITORAL

DISTRITO DE FARO AVERBOU 242 800 INSCRIÇÕES

Segundo uma nota recente dimanada do Conselho de Ministros, são dados a conhecer os resultados provisórios do Recenseamento Eleitoral findo, alcançados em todo o País e Regiões Autónomas.

No tocante ao Distrito de Faro, as inscrições atingiram o montante de 242 800, contra 237 367, constataadas em 1976.

APONTAMENTO

O VATICANO continua atento aos problemas sociais do nosso tempo

Julgamos não errar se dissermos que o Vaticano continua atento aos problemas sociais do nosso tempo. Pelo menos é essa a convicção que podemos tirar das viagens de Paulo VI, à Colômbia em 22 de Agosto de 1968, e de João Paulo II, ao México, no dia 26 de Janeiro, do ano corrente e cuja similitude, não deixa de ser interessante, comparar.

Ambos, seguiram de avião, e tanto um como outro se curvaram e beijaram a terra americana que pisaram. Numerosa multidão, aguardou e saudou delirantemente Paulo VI, à entrada para a Catedral de Bogotá onde não chegaram a caber os cinco mil sacerdotes que ali afluíram. Tal como João Paulo II, que, segundo noticiaram as agências internacionais, deparou na Praça da Constituição, da cidade do México, com cerca de cinco milhões de fiéis, que o receberam apoteoticamente, transformando aquele recinto, numa nova Praça de São Pedro, o que é muito para considerar, se tivermos em conta que não existem relações entre o Vaticano e o Estado Mexicano. Isto pode significar que a viagem de Paulo VI frutificou, e que a religião católica, no México, apesar da proibição das exteriorizações do

culto renasce cada vez mais triunfantemente, entre as gentes daquelas paragens.

Tanto Paulo VI, como João Paulo II, salientaram, por sua vez, que se impõe melhorar as estruturas sociais, por forma a beneficiar as classes menos favorecidas, sem recorrer aos meios violentos a que a Igreja sempre se opôs.

Em suma. Podemos dizer que os dois «Sumos Pontífices» são dignos continuadores da Doutrina Social da Igreja, preconizada pelos Papas Leão XIII e Pio XI, nas encíclicas «Rerum Novarum» e «Quadragesimo Anno», datadas, respectivamente de 18 de Janeiro de 1901 e 15 de Maio de 1931. Nelas se apelava para o diálogo, entre o capital e o trabalho, sem recurso à violência, e sem que qualquer das classes impusesse, unilateralmente, a sua vontade à outra respeitando-se os direitos e deveres de cada uma delas.

Finalizemos, resumidamente, dizendo que a Doutrina Social da Igreja tem, antes de mais, objectivos sociais sem os ódios, que tantas vezes levam a desespero individual e colectivo, e cujas consequências, só a longo prazo, podem ser devidamente avaliadas.

MACHADO PINTO



Jornal «Terra Algarvia»

No cenário da imprensa regional algarvia, um novo jornal apareceu: «Terra Algarvia».

Saudamo-lo e apresentamos-lhe as boas-vindas!

Muito embora, em editorial o recém-vindo jornal não queira levantar a ponta do véu que o envolve, pois não confessa «qual o partido, qual o grupo financeiro, os «quem» da equipa redactorial que o impulsiona, (será que as entrelinhas não falam?) não obsta, o pormenor, que lhe desejemos uma acção profícua.

Pois, face à sua esmerada apresentação gráfica, ao seu formato tabloide, à profusão das gravuras e ao sortido de assuntos contidos, que exerça aqui nesta região um papel dignificante para a informação, onde todos nós sabemos e onde muito há a fazer em defesa dos seus legítimos interesses.

CARTA RECEBIDA 84 DIAS DEPOIS NÃO O FOI EM ALMANCIL MAS EM LOULÉ

Sem alterar o substrato da notícia que demos à estampa numa das últimas edições, a qual dá relevo à morosidade de uma carta posta nos Correios, que foi entregue findos 84 dias, competem-nos referir que a aludida carta foi endereçada a Loulé e não a Al Mancil.

A rectificação aqui fica consignada como convém.

Em relação portanto a este ano (1976) houve um acréscimo percentual de 102,3 eleitores.

xxx

Recenseamento no concelho de Loulé teve um acréscimo de 1116 eleitores em relação a 1976.

Em resultado do último recenseamento encerrado no passado dia 25 de Janeiro, que atingiu o somatório de 33 127 inscrições, verifica-se no Concelho de Loulé, em relação a 1976, um acréscimo de 1 116 eleitores (aproximadamente mais 3 por cento), assim deixa concluir a tabela comparativa que a seguir inserimos:

Freguesias	1976	1979	Difer.
Almancil	3370	3659	+289
Alte	3397	3322	-75
Ameixial	971	949	-22
Boliqueime	3256	3375	+119
Quarteira	4429	4890	+461
Querença	1564	1546	-18
Salir	3225	3161	-64
S. Clemente	7416	7856	+440
S. Sebastião	4383	4369	-14
	32 011	33 127	1 116

«Férias no Algarve» para turistas britânicos

Considerando o sucesso alcançado em 1977 pelo programa «Férias no Algarve» o «Civil Service Motoring Association», em colaboração com o Travel Club of Wepminster (mr. Harry Chandler), voltou a repetir esta iniciativa, trazendo até à nossa província algumas centenas de turistas britânicos. O primeiro grupo chegou no domingo, dia 11 e o 2.º no dia 18.

A Comissão Regional de Turismo do Algarve proporcionou aos visitantes nos dias 13 e 20, no Hotel do Garbe, em Armação de Pera, exhibições de folclore algarvio. No dia 17 efectuou-se um jantar no decurso do qual os participantes foram saudados por Cabrita Neto, presidente do órgão regional de turismo.

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Devido à diversidade e importância dos assuntos tratados, os quais merecem pormenorizada descrição, só no próximo número faremos referência à sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de Fevereiro.

Nesta reunião foi abordado também o actual problema de se saber se Loulé preferirá ser uma grande Vila ou uma pequena cidade, mas o assunto foi adiado, pois requer estudo atento quanto às vantagens e inconvenientes.

Naturalmente que a população deve ter uma palavra a dizer.

Eleições na Associação de Ciclismo de Faro

— José Mendes Bota é o novo presidente

No passado dia 17 de Fevereiro, decorreu na sede da Associação de Ciclismo de Faro, uma Assembleia Geral convocada para discutir e aprovar o relatório e contas da Direcção cessante, e proceder à eleição de Novos Corpos Gerentes para o biênio 1979-1980. Presentes, além de membros da anterior direcção, alguns elementos da lista proposta, e os delegados do Louletano Desportos Clube, do Boavista de Portimão, e do Juventude Sport Campinense.

Aprovados o relatório e as contas, passou-se à votação da lista candidata, a qual viria a ser eleita pelos votos favoráveis do Campinense e do Boavista, e com a abstenção do Louletano.

É a seguinte a composição dos novos corpos gerentes:

DIRECÇÃO — Presidente, Dr. José Mendes Bota; Vice-Presidente, eng.º João Manuel Brito; Secretário-Geral, Jaime Pintassilgo Pinguinha; Secretário-Adjunto, José da Silva Teixeira; Tesoureiro, José Manuel Dias Farrajota; Tesoureiro-Adjunto, António Manuel Nogueira da Avó; Vogais: Pedro Oliveira, Luís Filipe Angelino, Alfredo de Jesus Guerreiro e Inácio José Jacinto Nunes.

ASSEMBLEIA GERAL — Presidente José Manuel Viegas dos Ramos; Vice-Presidente, José Manuel Neto Gomes; 1.º Secretário, Domingos Manuel Cruz Bila; 2.º Secretário, Manuel Arez.

CONSELHO FISCAL — Presidente, Jorge Manuel Lopes da Cunha; Secretário, Artur Condinho; Relator, António Cândido; Suplente, Jorge Costa Marçal.

CONSELHO TÉCNICO — Presidente, Luís Rocheta Rua; Secretário, Bráulio do Nascimento; Relator, Abílio de Sousa Nascimento.

Por fim, usou da palavra o presidente da lista recém-eleita, para salientar que se estava em presença de uma equipa, que irá funcionar como tal. Homens que gostam do ciclismo. Adeptos fervorosos de uma modalidade que está a despertar de novo grande entusiasmo no Algarve. Não é sem justificação, que a Associação de Ciclismo de Faro, é, neste momento a terceira mais importante do País, logo a seguir a Lisboa e Porto.

O jovem dirigente acentuou que não estava ali para fazer promessas de mundos e fundos, mas que, dentro de uma gestão realista e consciente das possibilidades económicas e humanas, disponíveis, a nova direcção tudo faria para superar deficiências anteriores e colocar como divisa do seu trabalho, o diálogo e a defesa dos interesses dos clubes filiados; consciente das dificuldades e dos sacrifícios que esta modalidade exige não só dos seus atletas, como dos clubes, seccionistas e até adeptos.

Novos assinantes

Circunstâncias várias. A isto não será alheio o facto de seguirmos uma linha de rumo que corre paralela com o pensamento da maioria dos portugueses para quem o sentimento pátrio tem ainda algum valor, têm contribuído para que «A Voz de Loulé» esteja sendo cada vez mais conhecida e desejada por louletanos (e não só) que apreciam ler o que neste jornal se escreve acerca do que se passa a nível local e nacional.

A prova mais evidente dessa simpatia está patente no facto de, com relativa frequência, podermos publicar listas de novos assinantes, que são outros tantos novos amigos que nos vêm dar ânimo a que prossigamos nesta difícil encruzilhada que é o de se pretender manter actuante e combativo um pequeno órgão de comunicação social, num meio ambiente onde as intrigas se atropelam e os valores se escondem... para não se comprometerem.

É pois, com muita alegria que hoje publicamos os nomes de mais os seguintes assinantes a quem agradecemos muito reconhecimento e que são os Ex.ºs Srs.:

Joaquim José Viegas Cavaco. António Martins Mendes, Joaquim Vieira Fontes, José Maria Mestre & Irmão, Joaquim Manuel Martins Baltazar, Dr. Luís Pontes, Artur Parreira Condinho, José Laginha Duarte, Leonilde Duarte Coelho, José Alberto Rodrigues Fernandes, Dr. António José Costa Gomes, Manuel Inácio Rodrigues Guimar, LOULÉ; José da Silva

Mendonça, OEIRAS; D. Maria Adelina Revez, Custódio Brás de Sousa, José Lúcio e António Alberto Pires, AMEIXIAL; Luís Manuel Sousa Martins, D. Laurinda Leal Farrajota, ALMADA; Leonardo Correia Nunes, SALIR; Filipe José Gonçalves Santa Rita, BOLIQUEIME; D. Margarida José de Freitas, Dun & Bradstreet Lusitana, Lda., LISBOA; D. Maria Natália Martins Santos, Manuel Afonso Palma e Francisco do Rosário da Silva Marçal, VILAMOURA; D. Zélia Sousa Quaresma Luz & Quarteira Sport Clube, QUARTEIRA; D. Maria Valentina Rua Queimado Serpa, REDONDO; Dr. Amadeu Cavaco Carrilho, PORTIMÃO; Reserva Natural da Ria Formosa, FARO; D. M. F. Gallez, BÉLGICA; Sebastião Viegas Gonçalves, AUSTRÁLIA; Luís Gonçalves, U. S. A.; Manuel Martins, FRANÇA; Eng. Joaquim Dias Cardoso e Dr. D. Idália Farinho Custódio, LOULÉ; Palma & Silva, Lda. e António Ferreira, QUARTEIRA; Junta de Freguesia de Querença e Emídio & Meahts, Lda., ALBUFEIRA; D. Irene Guerreiro Gonçalves, S. BRÁS; Manuel de Jesus Martins, ALTE; José Luís Calvino Caleiro, ALMANSIL; Tony Pereira, ALMANSIL-POÇO; Cooperativa Agrícola e Cultural, MONTE NOVOS; Comissão Executiva Distrital do C. D. S., FARO; Henrique Rodrigues, VILAMOURA; D. Margarida da Silva Vaquinhas, LISBOA; Manuel Coelho da Silva, SALIR; D. Graciete Cavaco, FRANÇA; Canelas Rui, FRANÇA; Manuel Coelho, CANADA; Joaquim Eusébio, CANADA; Carlos Alberto Esperança Correia, AMEIXIAL.